

HEGEMONIA: NOVA CIVILTÀ OU DOMÍNIO IDEOLÓGICO?

Edmundo Fernandes Dias¹

Instrui-vos, porque teremos necessidade de toda a nossa inteligência. Agitai-vos, porque teremos necessidade de todo o nosso entusiasmo. Organizai-vos, porque teremos necessidade de toda a nossa força.
Epígrafe do L' Ordine Nuovo

A maior parte dos textos que trabalham a questão da hegemonia do ponto de vista gramsciano o faz a partir da colocação como central da questão das alianças de classe. Da capacidade que uma classe tenha de subordinar/coordenar classes aliadas ou inimigas. Muitos tratam esta questão da perspectiva do partido, pensando-o como intelectual coletivo e, portanto, enfatizando os mecanismos específicos da intervenção política. São, sem dúvida alguma, formas legítimas de tratar o problema, ainda que nem sempre as soluções, ou melhor, as formulações alcançadas sejam das mais corretas.

Partiremos de um outro ponto de vista. Examinaremos a ligação entre a capacidade de construir uma hegemonia decorre da possibilidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de elaborar sua visão de mundo. Diferenciar-se e contrapor-se como visão de mundo às demais classes. Mais ainda: elaborar uma visão que seja capaz de estruturar o

¹ Professor de Sociologia do Departamento de Sociologia da UNICAMP, onde exerce a função de Coordenador do curso de graduação de Ciências Sociais. Licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em História Social pela USP. Autor de Democracia Operária, Edunicamp, Campinas, 1987. Foi chefe do departamento de Ciências Sociais e coordenador do Mestrado de Sociologia da UNICAMP. Ex-vice-presidente regional da ANDES e ex-diretor regional e municipal da CUT e do PT.

campo de lutas a partir do qual ela poderá determinar as frentes de intervenção e articular as alianças. Estaremos trabalhando a perspectiva da hegemonia com elaboração de uma nova *civiltà*. Nesse sentido é vital a “reforma intelectual e moral”.

A polêmica sobre a hegemonia como construção de uma nova civilização ou como mero domínio ideológico, permite-nos por um lado, dar a dimensão real da atividade teórico política e, por outro, perceber a imensa riqueza conceitual que se exprime na análise da realidade estatal (jamais redutível a mero instrumento). Permite, também, escapar das armadilhas liberais sobre sociedade civil (que é pensada como indiferenciada). Por fim, permite mostrar a insuficiência de uma visão reducionista da ideologia.

Há, no entanto, uma polêmica que não poderemos tratar, dadas as dimensões deste trabalho. Refere-se a outra questão bastante instrumentalizada. A da relação Gramsci/Lenin. Uma certa leitura reducionista vê sem uma procedência teórica de Lenin sobre Gramsci o papel decisivo para a construção da teoria Gramsciana da hegemonia. Aqui não é preciso minimizar ou amplificar. Seria, obviamente, um absurdo negar o impacto, aliás, expressamente colocado, do revolucionário russo, como o da experiência coletiva da revolução soviética. Mas seria também ridículo, ousamos dizê-lo, minimizar a própria prática coletiva das classes trabalhadoras italianas e a articulação dessas práticas com a dos intelectuais socialistas. O *L'Ordine Nuovo*, jornal semanal, que acabou por dar o locus dessa articulação, é o testemunho vital para seguirmos, passo a passo, a presença de muitas das teses desenvolvidas nos *Quaderni Del Carcere*, já nas obras do período de 1914 a 1921. Dado a impossibilidade de fazê-los nos limites deste texto, apresentaremos poucas dessas presenças em notas ao final do texto.

Hegemonia e relação de forças

Iremos examinar a questão da hegemonia como reforma intelectual e moral, ou seja, da construção de uma concepção de mundo. Essa reforma intelectual e moral nada mais é do que a criação de “terrenos para um ulterior desenvolvimento da vontade

coletiva nacional popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização” (1560-MPE8-9), da qual o partido deve ser o porta-voz e o organizador. Ele pretende a “elevação civil dos estratos deprimidos da sociedade” (1561-MPE9). Para tal, tem de estar ligada a um programa de reforma econômica que é exatamente “o modo concreto com que se apresenta toda reforma intelectual e moral”. (1561-MPE9)

A relação entre partido, organizadora (em potencial) de uma vontade coletiva nacional popular, e o conjunto de toda estrutura e, portanto, da organização/desorganização das classes e forças sociais em presença, do grau de consciência/inconsciência que cada uma delas tenha sobre si mesmo, passando necessariamente pelo conhecimento dessa estrutura. A compreensão correta da relação de forças no interior de uma conjuntura é dada pelas relações de “mover-se no âmbito de dois princípios: 1) que nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução não existam já as condições necessárias e suficientes, ou elas não estejam em vias de aparição e de desenvolvimento; 2) que nenhuma sociedade se dissolva e possa ser substituída, sem antes ter desenvolvido todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações.”(1579-MPE 45)

Assim, trata-se de saber distinguir na estrutura quais são os movimentos orgânicos e quais são os de conjuntura. É exatamente a partir daí que se pode analisar o caráter das crises. A duração de uma crise pode mostrar “que na estrutura se relevaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis, e que as forças políticas atuantes positivamente à conservação e defesa da própria estrutura se esforçam ainda por sanar, dentro de certos limites, e superar. Estes esforços (...) formam o terreno do ‘ocasional’ sobre o qual se organizam as forças antagônicas que tendem a demonstrar (...) que existem já as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e então devam ser resolvidas historicamente”. (1580-MPE 46)

Devemos entender a vida social a partir de uma visão metodológica fundamental, que é a de perceber a existência de dois níveis de estruturação. Um nível que ele chama de orgânico, que nós poderíamos chamar de estrutural. E um nível de

conjuntura. Ou seja, na vida social – e isto encerra uma distinção em nível da metodologia – existe uma estrutura que se atualiza em conjunturas. Estas nada mais são do que o conjunto articulado das contradições existentes em um dado momento. Portanto, a estruturação de uma dada sociedade se faz nestes dois níveis. Atuar nessa sociedade implica, pois, em especial para os que se colocam como tarefa a organização da vontade coletiva nacional-popular, em fazer a avaliação dos movimentos dessa estrutura. O problema de tal avaliação reside exatamente em saber como se combinam o orgânico e o ocasional. Pode-se ter uma visão que sobrevaloriza as causas mecânicas, uma perspectiva economicista típica, de corte evolucionista, onde a estratégia pode chegar a uma perspectiva paralisante que entende a afirmação da necessidade do acúmulo de forças como uma permanente necessidade de se buscar mais e mais aliados (mesmo que os candidatos a tal posto reiteradamente recusem a aliança). Ou uma outra em que se sobrevalorizam componentes voluntaristas de intervenção no real: a afirmação de que a intervenção de uma vanguarda teórica e politicamente consciente deve interpretar o desejo das massas, ainda que uma análise mais profunda da estrutura não revele o movimento dessas massas no sentido de uma ruptura revolucionária. Exemplo típico dessa segunda postura foi a tática classe X classe, desenvolvida pela Internacional (contra a qual Gramsci manifestou-se reiteradamente no cárcere).

O problema se coloca, portanto, na correta avaliação da relação de forças: “se o erro é grave na historiografia, ainda mais grave se torna na arte política, quando se trata, não de reconstruir a história passada, mas de construir a presente e a futura: os próprios desejos e as próprias paixões, piores e imediatas, são a causa do erro, enquanto elas substituem a análise objetiva e imparcial, e isto acontece não como ‘meio’ consciente para estimular a ação, mas como auto-engano” (1580-1-MPE 47)

A correlação de forças se dá em três níveis ou momentos. No primeiro, a classe existe objetivamente, mas essa existência objetiva da classe não se traduz necessariamente em existência política. Trata-se da estrutura econômica da sociedade, onde essa relação de forças, objetiva e independente da vontade dos

homens, permite “estudar se nas sociedades existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação, isto é, permite controlar o grau de realismo e de realização das diversas ideologias que nasceram no seu próprio terreno, no terreno das contradições que ela gerou durante o seu desenvolvimento.” (1583-MPE 49)

Um segundo momento, momento político, em que as classes vivem um processo econômico-corporativo, onde a classe está estreitamente limitada aos seus interesses específicos; A sua passagem a forma estatal é um processo através do qual ela percebe a necessidade de sair do seu isolamento. Trata-se de uma processo de “avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização atingido”. id. Gramsci pensa esse momento como possível de ser, ele também analisa distinguindo “em vários graus que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva”. Ei-los: 1º) o econômico corporativo: onde o processo de identificação se faz a nível de corporação, mas não de classes, mas ainda não se coloca plenamente a questão estatal; coloca-se no terreno de uma igualdade político-jurídica com os antigos grupos dominantes, na perspectiva de atuar nos foros de decisão e de elaboração legislativa, mas ainda no terreno da política existente atualmente. E, enfim, um terceiro momento, o especificamente político, que “assinala a clara passagem da estrutura à esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas precedentemente se tornam ‘partido’, (...) e entram na luta até que apenas uma delas ou, pelo menos, apenas uma combinação delas tenda a prevalecer, a impor-se, difundir-se, sobre toda a área social; determinando para além da unicidade dos fins econômicos e políticos também a unidade intelectual e moral, colocando todas as questões (...) sobre um plano ‘universal’, e criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (MPE 50). O papel do Estado é então diferenciado, concebido como “organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis a sua expansão máxima, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento

de todas as energias ‘nacionais’” (id), isto é, o(s) grupo(s) dominante(s) se “identifica(m)” com a nação.

Finalmente existe um terceiro momento: o da relação de forças militares. Também ele divisível em graus: o militar em sentido estrito ou técnico-militar, e o grau político-militar. Momento que se cristaliza, principalmente, em duas situações limites: o da criação de um novo bloco histórico (a revolução francesa, a revolução russa) e a de libertação nacional.

Gramsci chama a atenção para o fato de que o “desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momentos, com a mediação do segundo”. (1585-MPE 51)

As análises das relações de força são, portanto, vitais para a construção da vontade coletiva nacional popular. Elas permitem “justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Mostram quais são os pontos de menos resistência, onde a força da vontade pode ser aplicada mais frutiferamente, sugerem as operações táticas mediatas, indicam como se pode fazer melhor uma campanha de agitação política, que linguagem será melhor compreendida pelas multidões, etc.” (1587-MPE 54)

A desconstrução/reconstrução das ideologias

“Na realidade, todo movimento político cria sua linguagem, isto é, participa no desenvolvimento geral de uma determinada língua, introduzindo termos novos, enriquecendo com conteúdo novo, termos já em uso, criando metáforas, servindo-se de nomes históricos para facilitar a compreensão e o juízo sobre determinadas situações políticas atuais”. (31-2) Todo movimento político que pretenda a construção de uma hegemonia, necessariamente tem de criar, entre outras coisas, uma leitura da história com a qual e pela qual pode apresentar-se como projeto. Essa leitura não apenas permitirá dar uma lógica ao novo projeto, mas fundamentalmente, permitirá destruir as bases de sustentação do projeto anterior.

A crítica da(s) ideologia(s) antiga(s) pelo novo princípio hegemônico deve levar em conta “que toda cultura tem seu momento especulativo ou religioso, que coincide com o período

de completa hegemonia do grupo social que exprime, e talvez coincida propriamente com o momento em que a hegemonia real se desagrega na base, molecularmente”. (1481-CDH 56) Esta cultura tem seus mecanismos de reação, à dissolução, e para tanto “se aperfeiçoa dogmaticamente, se torna uma ‘fé’ transcendental” (id). O trabalho passa então pela demonstração e quanto essa cultura é “nos seus termos reais (...) ideologia política, (...) instrumento de ação prática” (1482-id).

Quando os intelectuais do novo projeto fazem a crítica de uma determinada cultura, temos “um processo de distinção e de mudança no peso relativo que os elementos das velhas ideologias possuíam: o que era secundário e subordinado ou mesmo incidental, passa a ser assumido como principal, se torna o núcleo de um novo complexo ideológico e doutrinário. A velha vontade coletiva se desagrega nos seus elementos contraditórios, porque destes elementos os subordinados se desenvolvem socialmente” (1058-MPE 90-1), processo esse que deve ser acelerado na nova fase histórica: importam aí tanto as grandes concentrações urbanas, quanto os meios de comunicação de massa, correlatos que aceleram os processos moleculares vividos pela população.

Na luta político-ideológica, há um preconceito intelectualista que deve ser superado: o que “uma concepção do mundo possa ser destruída por críticas de caráter racional”. (1292-CDH 255). A crítica real de uma concepção criticada não tenha mais condições de racionalizar as práticas sociais. Ou que ainda o consiga por um certo tempo, mas de forma limitada.

Um bom exemplo da necessidade de liquidar a concepção adversa é o da própria filosofia da práxis. Esta, segundo seus críticos, já morreu inúmeras vezes. E isso deve ocorrer porque ela é eficaz. Segundo Gramsci, “a difusão da filosofia da práxis é a grande reforma dos tempos modernos, é uma reforma intelectual e moral que realiza em escala nacional o que o liberalismo não teve êxito em realizar, senão para camadas restritas da população.” (1292-CDH 256) E ela é eficaz, dado que “concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como elemento de ‘hegemonia’ política.” (1245)

Essa eficácia faz com que a filosofia da práxis, como projeto hegemônico que faz a crítica das outras visões de mundo, seja ela também criticada. O processo de crítica pode ser, por um lado, a tentativa de transformação, qual ela é descaracterizada e, portanto, esterilizada ou, pelo menos, neutralizada. E, por outro, a tentativa aberta de destruição. A atividade crítico teórica é então parte vital do processo da hegemonia. Croce, por exemplo, trabalhou muito nesse sentido. Denunciando os “erros” da filosofia da práxis, tratou de subordiná-la ao seu próprio projeto. Por exemplo, sua afirmação da aparência das superestruturas, identificando aparência e erro, buscava a neutralização daquela teoria. Deve-se, contudo, ter em mente que a aparência “não é senão o juízo da ‘historicidade’ das superestruturas, expresso na polêmica com concepções dogmáticas populares, e donde com uma linguagem ‘metafórica’ adaptada ao público ao qual é destinada.” (1224-CDH 219) E a partir daí se percebe como indébita e arbitrária a redução crociana da “história apenas à história ético política.” (id) O processo é simples, reduz-se a concepção marxista a um economicismo e, depois, proclama-se a sua insuficiência e estreiteza.

Como novo projeto hegemônico, a filosofia da práxis necessita de um “trabalho educativo formativo que um centro hegemônico de cultura desenvolva a elaboração de uma consciência crítica que ele promova e favoreça sob uma determinada base histórica que contenha as premissas materiais a esta elaboração (e que) não pode limitar-se ao simples enunciado teórico de princípios ‘claros’ de método; esta seria pura ação ‘iluminista’. O trabalho necessário é complexo (...) devem existir (...) a demonstração positiva e a destruição do velho. Mas não no abstrato, no concreto: sobre a base do real.” (34)7

Intelectuais e classes

Gramsci salienta, com frequência, a diferença do processo de construção dos intelectuais das classes fundamentais. A burguesia constrói sistematicamente esses intelectuais, seja na escola, seja no mundo da produção. Identificando a produção capitalista

e a sociedade humana, sem qualificativos, abstratamente esse processo se torna para os burgueses imensamente mais fáceis. Todos os elementos vitais do processo produtivo nada mais são, em última análise, do que racionalizações do processo vital da classe dominante: “o que é ‘prática’, para a classe fundamental se torna ‘racionalidade’ e especulação para os seus intelectuais”. Os técnicos, os economistas, etc., são projeções ao nível dos conhecimentos do projeto de uma dada classe. Exemplo típico: os moderados italianos, do Rissorgimento, que não apenas eram intelectuais orgânicos mas, também, intelectuais condensados. E disso tiraram não apenas uma enorme influência sobre os demais intelectuais, mas sobretudo a capacidade de absorvê-los no seu projeto.

Para as classes subalternas, contudo, o processo é distinto. Na produção e no conjunto da sociedade, eles e seus intelectuais são elementos organizados a partir da lógica do dominante. Assim, para essas classes, o processo de formação dos seus intelectuais tende a ser errático e fragmentário. Partidos e sindicatos são para as classes subalternas as suas “academias”. Enquanto o intelectual da classe dominante tem seu processo de formação taylorizado, integrado positivamente ao mundo produtivo, o intelectual das classes subalternas se faz, se cria, apesar e contra essa corrente. Mais do que isso. Deve criar-se para propor a transformação daquela forma de civilização.

Então o conjunto da sociedade, o processo de formação desses intelectuais é extremamente diferenciado. Desde o processo lento, gradual, acumulativo, feito pela escola ao longo de até vinte anos de escolarização (fordização do intelectual) até a impossibilidade de acesso a essa escola. “Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que tradicionalmente ‘produzem’ intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito freqüentemente, se especializaram na ‘poupança’, isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades.” (1518-IOC 10).

Para o conjunto das classes trabalhadoras, “o partido não é senão o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de se formar, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e já não mais no campo da técnica produtiva”. (1522-IOC 14) Mais ainda: “o partido (...) é precisamente o mecanismo que cumpre na sociedade civil, a mesma função desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo, o grupo dominante, e os intelectuais tradicionais; esta função é desempenhada pelo partido precisamente na realização de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.” (id) Em comparação com o Estado, “pode-se dizer que, e organicamente (...) um intelectual, que se passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social, confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que não ocorre através da participação na vida estatal, senão mediocrementemente, ou mesmo nunca.” (id IOC 14-5)

Para o conjunto das classes trabalhadoras, “o partido não é senão o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de se formar, dadas as características gerais e as condições no campo político e filosófico, e já não mais no campo da técnica produtiva”. (1522 IOC 14) Mais ainda: “o partido (...) é precisamente o mecanismo que cumpre na sociedade civil, a mesma função desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo, o grupo dominante, e os intelectuais tradicionais; esta função é desempenhada pelo partido precisamente na realização de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de

um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.” (id) em comparação com o Estado, “pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente (...) um intelectual, que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social, confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que não ocorre através da participação na vida estatal, senão mediocrementemente, ou mesmo nunca.” (id IOC 14-5)

Como em todos os outros setores, o capitalismo padronizou os intelectuais. E ampliou enormemente seu número. Se suas funções não podem ser “justificadas pelas necessidades sociais da produção”, elas o são “pelas necessidades políticas do grupo fundamentalmente dominante.” (1520-IOC 12) Burocratizaram-se essas funções e determinaram-se “os mesmos efeitos que ocorrem em todas as outras massas padronizadas: concorrência que coloca a necessidade da organização profissional de defesa, desemprego, superprodução escolar”. (id)

Não há relações intelectuais mundo da produção uma imediatividade. Ela “é ‘mediatizada’, em diversos graus, por toda a textura social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’.” (1518 IOC 10) Gramsci chama então a atenção para “dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que se pode chamar de ‘sociedade civil’, isto é, o conjunto dos organismos comumente chamados ‘privados’, e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade, e ao de ‘domínio direto’ ou de comando que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’.” (1518-9-IOC 10-1)

As funções exercidas pelos intelectuais enquanto comissários “do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” são, por um lado, a tentativa de obter o consenso “espontâneo” que as massas dão à política impressa pelas classes dominantes e, por outro, o uso da

coerção estatal para assegurar legalmente a disciplina daqueles “que não ‘consentem’ nem ativa nem passivamente, mas que é constituído (...) na previsão de momentos de crise no comando e na direção, quando fracassa o consenso espontâneo. (1519-IOC 11)

Os intelectuais e os aparelhos de hegemonia, tanto no que se refere à função de consenso quanto à de coerção, apresentam gradações. Ocupam hierarquias diferenciadas. Assim, “a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus inclusive do ponto de vista intrínseco; estes graus, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma verdadeira e real diferença qualitativa: no mais alto posto devem-se colocar os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais humildes ‘administradores’ e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada. O organismo militar, também neste caso, oferece um modelo destas complexas gradações: oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado maior; e não se devem esquecer os praças graduados, cuja importância real é superior a que realmente se crê. É interessante notar que todas estas partes, se sentem solidárias, ou antes, que os estratos inferiores manifestam um espírito de corpo mais evidente, do qual resulta neles uma ‘ vaidade ’ que freqüentemente os expõe aos gracejos e às troças.”(1519-20-IOC 11-2) Do mesmo modo, “a própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal dá qualificações, em algumas das quais não aparece nenhuma diretiva e organizativa: no aparato da direção social e estatal existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (de execução e não de conceito, de agente e não de oficial ou funcionário, etc.)” (1519-IOC 11)

O que nos importa afirmar é a complexidade dessa função nos Estados modernos. A hierarquização e a especialização, além da densidade da rede escolar, indicam seu peso e sua expansão: “quanto mais extensa é a ‘área’ escolar, e quanto mais numerosos os ‘graus’ ‘verticais’ da escola, tanto mais é complexo o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua

capacidade na construção de máquinas para construir máquina, e não fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas (...). O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos para os laboratórios dos cientistas, e para construir instrumentos que testem estes instrumentos, pode ser considerado o mais complexo no campo técnico industrial, o mais civilizado, etc..." (1517-IOC 9)

Se cada classe fundamental, dominante ou dominada, elabora e constrói os seus intelectuais (ditos orgânicos), o mesmo não ocorre com aquelas classes não fundamentais (ainda que dominantes). Estas, como por exemplo, os latifundiários, acabam por servir de massa de formação de intelectuais para outras classes. Não tendo um projeto civilizatório, inovador, capaz de oferecer alternativas às demais classes, elas acabam perdendo seus quadros, que passam a racionalizar a prática e o domínio das outras. Entre estas, encontramos os diversos tipos de classes rurais.

Os intelectuais dessas classes rurais, "tradicionais" na sua maioria, "põem em contrato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc...)" e estão "ligados à massa social do campo, e à pequena burguesia de cidade (notadamente dos centros menores). Ainda não elaboradas e mobilizadas pelo sistema capitalista" (1520-1-IOC 13). Exercem um papel de diferenciação em relação ao camponês diante do qual aparece como modelo: "possui um padrão de vida médio camponês (...). O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode tornar-se intelectual (notadamente padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o grau social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com os outros senhores." (1521-IOC 13) Desse modo, o camponês se coloca em "subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles dependem." (id)

Assim, os intelectuais rurais desempenham uma ativa função política, em contraposição a sua pequena interferência na economia. O mesmo não se faz com os intelectuais urbanos:

“os técnicos de fábrica não exercem nenhuma função política sobre suas massas instrumentais, ou pelo menos, é esta uma fase já superada; por vezes ocorre precisamente o contrário, ou seja, que as massas instrumentais, pelo menos através de seus próprios intelectuais orgânicos, exerçam uma influência política sobre os técnicos.” (idem, idem) Como os oficiais “subalternos”, eles não possuem “nenhuma função autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário; elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares.” (1520- IOC 12)

Isso nos leva, em primeiro lugar, a uma redefinição do que seja um intelectual. Logo que, na perspectiva das classes trabalhadoras, é preciso romper com o preconceito mistificador do intelectual. Todo aquele que exerça funções organizativas, seja no campo da produção, seja no campo administrativo político, é um intelectual, embora nem todos atuem como intelectuais profissionais. As classes fundamentais são o campo onde se podem examinar a qualidade e o significado dos intelectuais.

A simples existência das classes sociais nascidas “sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica” (1513-IOC 3), coloca a necessidade de criar para si “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico mas também no social e no político” (id). O desdobramento das atividades econômicas, que não podem ser entregues ao acaso, mas requerem conhecimento técnico cria “o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.” (idem). Esses “intelectuais ‘orgânicos’ que cada nova classe cria consigo e elabora no seu desenvolvimento progressivo, são no mais das vezes, ‘especializações’ dos aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.” (1514-IOC 4)

O capitalismo criou assim um conjunto variado de intelectuais. O empresário, ou “pelo menos uma elite deles, deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu

complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher prepostos (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais externas à empresa.” (id) Capacidade dirigente, de “ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria” (1513) id.

Intelectuais e partido

Gramsci coloca a questão do antieconomicismo como a mais vital, e fala que, ao mesmo tempo em que Corce, Lenin, “o maior teórico moderno da filosofia da práxis, (no terreno da luta e da organização política, com terminologia política, em oposição às diversas tendências ‘economicistas’), revalorizou o fronte da luta cultural e construiu a teoria da hegemonia como complemento da teoria do Estado força e como forma atual da doutrina quarantottesca da ‘revolução permanente’.” (1235) Isto é: deve-se examinar se a etapa imperialista transformou ou não, efetivamente, de modo radical as relações internacionais, seja no campo da política, seja no da economia. Se isso corresponde a verdade, será necessário repensar a estratégia daqueles que se propõem a fundar uma nova civiltà. Mais: o americanismo recolocou em bases ainda mais novas essas relações de força. Não se pode mais traduzir simplesmente uma crise econômica em uma crise política. Decisivas, as crises econômicas “produzem eventos fundamentais: só pode criar um terreno favorável à difusão de certos modos de pensar, de colocar e de resolver as questões que arrastam todo o ulterior desenvolvimento da vida estatal.” (1587-MPE 52)

O pensamento gramsciano, dado seu feroz ataque à estratégia que colocava a revolução permanente como decorrente de forma imediata e mecânica das crises econômicas, foi reduzido a uma forma de ‘anti-Rosa’ e ‘anti-Trotsky’. Mas, como essa leitura era instrumental, esqueceram de fazê-la em relação a tática Classe X Classe, na virada da década 20, e mais, silenciaram sobre as

questões levantadas por Gramsci no cárcere sobre a possibilidade ou não da passagem ao socialismo, após a derrota do fascismo, e sobre a questão da Constituinte, por exemplo.

Mas, afinal, a questão da revolução permanente é atual? Gramsci tende a vê-la localizadamente. Teria sido típica de outro período histórico: “própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade estava ainda, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político estatal em picas cidade, ou mesmo uma única (Paris para a França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido, e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinando sistema de forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais nas relações econômicas do mercado mundial, etc.” (1566-MPE 91-2) No chamado período imperialista (pós 1870), está criado um campo novo – o de uma hegemonia realizada. As relações organizativas estatais (internas e externas) “se tornam mais complexas e massivas e a fórmula quarantottesca da ‘revolução permanente’ é elaborada e superada na ciência política na fórmula da ‘hegemonia civil’.” (1567-MPE 92) Muda fundamentalmente o próprio caráter da luta política. O Estado não aparece mais como um simples alvo a conquistar. Ele se complexificou e se enraizou na própria classe dominante. Com sua imensa burocracia, é capaz de vigiar e punir, mas também de organizar e representar. A derrota da Comuna joga as massas francesas na defensiva pelo menos por meio século. “A estrutura de massas das democracias modernas, seja como organismos estatais, seja como complexo de associações na vida civil, se constituem para a arte política como as ‘trincheiras’ e as fortificações permanentes do front na guerra de posição: elas tornam apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes era ‘toda’ a guerra”. (1567) id. Os intelectuais são absorvidos, não apenas no campo da produção e da administração, mas, sobretudo no campo simbólico (ver as referências gramscianas sobre o penso das Universidades e Academias). As classes dominadas deixam, por outro lado, de exercer o seu fascínio.

O capitalismo consolida sua hegemonia. Sobre isso, ver o peso das estruturas sindicais inglesas e alemãs na conformação de verdadeiros partidos da ordem (do Labour Party ao Partido Social democrata alemão) e da subordinação dessas estruturas partidárias às sindicais (o caso do Partido Socialista Italiano é típico: ver o Pacto de Aliança com a CGT).

“Os partidos nascem e se constituem em organização para dirigir as situações em momentos historicamente vitais para as suas classes”. (1604-MPE 56) Contudo, o peso da hegemonia da classe burguesa é capaz de incorporar os partidos socialistas e operários no seu seio. Seja pela incapacidade deles de elaborarem uma visão alternativa, seja porque, na pior das hipóteses, esses partidos se colocam dentro da própria ordem.

Para os partidos que se pretendem construtores de uma nova civilização, é preciso antes de mais nada reconhecer a existência de governados e governantes, dirigentes e dirigidos” (1752-MPE 18) e na formação dos seus dirigentes devem responder, concretamente, se desejam manter ou eliminar essa premissa, se parte “da premissa da perpétua divisão do gênero humano, ou se acredita que ela é apensar um fato histórico, corresponder a certas condições”. (1752-MPE 19) Essa divisão expressa, contudo, a divisão das sociedades em classes.

Coloca-se então a questão de saber o que são os intelectuais. Gramsci, como é conhecido, recusa as formas usuais de classificação. E embora possa parecer um paradoxo, afirma: “O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco das atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que os personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais” (1516-IOC 6-7) Assim vejamos, tanto o operário quanto o empresário deve possuir um número de qualificações mínimas. “Na verdade, o operário (...), não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por exercer este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (1516-IOC 7), do mesmo modo que o empresário também tem “sua figura social (...) determinada

não por elas, mas pelas relações gerais sociais que caracterizam efetivamente a posição do empresário na indústria.” (id)

Se para a burguesia e o proletariado “o Estado não é concebível a não ser como a forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção” (132), conquistar o poder e afirmar um novo modelo produtivo são uma única coisa; por isso mesmo “a propaganda para uma é também a propaganda para a outra”. (idem) A demonstração dessa afirmação está presente em todo o processo revolucionário, seja o burguês (na França, na Inglaterra), seja o proletário (na Rússia). Gramsci afirma então que “na realidade só nessa coincidência reside a origem unitária da classe dominante, que é econômica e política em conjunto.” (idem)

Podemos dizer então: “Todos os homens são intelectuais (...) mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (1516-IOC 7), o que ocorre paralelamente com a formação de “categorias especializadas para o exercício da função intelectual”. (1516-IOC8) Dado que esta é uma necessidade objetiva das classes sociais, “todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio (...) luta pela assimilação e conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elabora simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.” (1517-IOC 9)

A inserção dos intelectuais não se reduz a um só campo, nem o da produção nem o do domínio. Obviamente que, pela própria intervenção no mundo da produção, as classes dominantes podem tentar inibir a formação de intelectuais para as classes subalternas. Um bom exemplo disso é a tentativa de Taylor de transformar o operário em um gorila amestrado. Tenta-se, já no próprio processo fabril, obter uma disciplina que impeça, ou pelo menos dificulte, a constituição de uma concepção de mundo.

Estado e hegemonia

Essa identificação não é uma construção artificial, elaborada por intelectuais, nem o produto de uma visão sectária dos

militantes. Cada novo modo produtivo é uma maneira não apenas de resolver a materialidade, mas é a construção das condições necessárias para tal. Nesse sentido, o Estado (a política concentrada das classes dominantes) nada mais faz do que criar, por um lado, um novo nexu psicofísico. Veremos isso ao analisar a questão do Americanismo.

Criar intelectuais, que expressem e ampliem essa nova racionalidade em ação. Produção material, produção simbólica, articulação de direitos, tudo isto é essencial a nova civilta. Para que seja possível uma dada maneira de resolver a materialidade é, pois, fundamental produzir uma nova ewltanschauung, uma nova concepção de mundo “que fecunde e alimente a cultura de uma era histórica”.(881-CDH 93)

O Estado, qualquer que seja, para ser fundado, isto é, construído, exige a “criação de uma weltanschauung”. Só assim tem sentido a expressão segundo a qual o operário é o herdeiro da filosofia clássica alemã. A filosofia se torna assim a “teoria de uma classe que se tornaria Estado” (882). Em outras palavras: “A hegemonia realizada significa a crítica rela de uma filosofia, a sua dialética rela.” (idem CDH 94)

Quando a burguesia, no processo da sua revolução, construiu seu Estado, ao mesmo tempo, criou uma nova concepção de Direito. Através dela, ela definiu uma nova eticidade e tratou de obter do conjunto da sociedade, ativamente, um conformismo de novo tipo. O Estado nacional popular não se apresentou como os anteriores, como um Estado de classe. Essa eticidade era a possibilidade de “elaborar uma passagem orgânica das outras classes à sua, isto é ampliar a sua esfera de classe ‘técnica’ e ideologicamente (...). A classe burguesa se coloca a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado se torna ‘educador’”. (937-MPE 147) Pelo contrário, quando ela perde sua capacidade expansiva, quando “está ‘saturada’: não apensar se difunde, mas se desagrega; não apenas não assimila elementos novos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou pelo menos as desassimilações são muito mais numerosas que as

assimilações).” (idem) O campo de ação das classes e dos seus Estados passa, portanto, fortemente pela questão da hegemonia.

Tanto o capitalismo quanto o Estado nacional tendem cada vez mais à utilização dos intelectuais. A especialização típica dessa forma societal acabou por criar “todo um corpo burocrático de uma nova estrutura, pois, além dos escritórios especializados de pessoas competentes, que preparam o material técnico para os corpos deliberantes, cria-se um segundo corpo de funcionários mais ou menos ‘voluntários’ e desinteressados, escolhidos às vezes na indústria, nos bancos, nas finanças. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e parlamentares; atualmente, o mecanismo vai se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim, quer os regimes, quer as burocracias.” (1532-IOC 119)

Através desse poder especializado, a burocracia domina o Estado, exercendo de forma aparentemente técnica o controle das classes dominantes. A integração do “pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas” (idem), é o resultado do processo de renovação do pessoal estatal necessário ao desenvolvimento do estado nacional na fase atual do capitalismo. “O tipo tradicional do ‘dirigente’ político, preparado apenas para as atividades jurídico formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal: o dirigente deve ter aquele mínimo de cultura geral técnica que lhe permita se não ‘criar’ autonomamente a solução justa, pelo menos saber julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas, e escolher então a justa do ponto de vista ‘sintético’ da técnica política.” (idem- IOC 119-20)

Isso fica claramente colocado na análise do que são ou não os intelectuais, e, mais do que isso, como se coloca a questão dos intelectuais no mundo moderno. A própria afirmação de um tipo de intelectual sobre os demais já é expressa a dominação. Para as classes dominantes, e sob o capitalismo, isso não é diferente.

Leva-se em conta “tão somente a imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular nervoso” (1550- IOC 7). Isso reproduz uma dominação de classe. Desqualificam “saber” e o “fazer” das outras classes, apropria-se deles. Caracterizado como “prática” e o “fazer” das outras classes, apropria-se deles. Caracterizando como “prática” e “experiência limitada”, o saber das classes subalternas é transformado pelo passo mágico da “ciência” – saber racionalizado por outra lógica e outros procedimentos – às vezes sem grandes modificações em tecnologia, em progresso científico. Desqualificação não apenas de um saber de outra(s) classes, como de outras civilizações.

Desqualificar o trabalho cognitivo das classes subalternas, pensar suas elaborações como “práticas empíricas”, significa negar àqueles produtores de conhecimento intelectual. “Mas a própria relação entre esforço de colaboração intelectual cerebral e esforço muscular nervoso não é sempre igual; por isso existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Finalmente, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve alguma atividade intelectual, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, (...) participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral; contribui, portanto, para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em casa um, em um determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular nervoso, no sentido de um novo equilíbrio, e conseguindo-se que o próprio esforço muscular nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, se torne o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo.” (1550-1-IOC 7-8)

Por fim, é preciso mostrar a contradição que se espelha no fato de que tradicional e vulgarmente, se pensam como intelectuais

o literato, o filósofo, o artista. E, embora estes se vejam como os “verdadeiros intelectuais”, eles tendem a ser, no mundo moderno, subalternos. Podem ter até mesmo um certo reconhecimento. Mas são, no fundamental, na racionalidade capitalista, em especial em países como o Brasil, uma espécie de ornamento e, na prática uma desnecessidade. “No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo ou desqualificado, deve construir a base do novo tipo de intelectual. (...) O modo de ser do novo intelectual não pode consistir mais na eloquência, motor exterior e momentâneo das paixões mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuador permanente’ (...) – e, todavia, superior ao espírito matemático abstrato. Da técnica trabalho, chega-se à técnica ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político).” (1551-IOC 8)

Não se trata obviamente, de responder a um certo determinismo economicista com um outro, ideologicista, mas de afirmar que essa unidade indissolúvel de economia e política se expressa, se faz e se desfaz, se reforça ou se enfraquece, pela expressão ativa das classes em confronto. Economia, Direito, Ideologia, Política... Estrutura de classes em movimento.

Só a classe “que coloque a si mesma como possível de assimilar toda a sociedade, e seja, ao mesmo tempo, realmente capaz de exprimir este processo, leva à perfeição esta concepção de Estado e de direitos, (...) conceber o fim do Estado e dos direitos como tornados inúteis por terem exaurido as suas tarefas e terem sido absorvidos pela sociedade civil” (937- MPE 174), pode propor, em suma, uma nova eticidade, uma nova Weltanschauung.

Quando o Estado “atua essencialmente sobre forças econômicas (...) reorganiza e (...) desenvolve o aparelho de produção econômica, (...) inova a estrutura; não (se) deve deduzir conseqüentemente que os fatos se superestruturam seja abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado é uma ‘racionalização’ mesmo neste campo, é um instrumento de aceleração e de taylorização, atua segundo um plano pressiona,

incita, solicita, etc.” O estado, como “educador”, varia sua forma e seus métodos e “tende precisamente a criar um novo tipo de civilização.” (978). Ou, pelo contrário, a assumir a pura conservação dos status quo. Mesmo quando aparentemente ele se mantém “afastado” da luta. Educa mesmo por ausência. O que significa que já foi suficientemente incorporado enquanto ação.

Toda forma estatal, todo processo produtivo, possui necessariamente uma forma particular de conformismo. E todos os membros de uma dada sociedade são, saibam-no ou não, organizados no seu interior. Cada indivíduo é, aliás, um *carrefour*. Membro, consciente ou não de uma “multiplicidade de sociedades particulares”, ele não é nunca “desorganizado e sem partido”. Daquela “multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo, natural e contratual ou voluntário, uma ou mais prevalecem relativa ou absolutamente, constituído o aparato hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou Sociedade civil), base do Estado entendido estritamente como aparato governativo coercitivo.” (800-MPE 151)

Organizadas por uma lógica e por aparelhos (partido, escolas, etc.) que não expressam seus interesses, as classes trabalhadoras aparecem objetivamente desorganizadas em relação a si mesmas. A eticidade de um Estado ou um determinado nexos psicofísico expressam caráter democrático ou não de uma dada sociedade, a consciência ou não do conjunto de classes. Organizar é um verbo transitivo. Organizar é organizar para. O que coloca como atual a questão gramsciana: “é necessário que se defina a ‘vontade coletiva’ no sentido moderno, a vontade como consciência operante da necessidade histórica, como protagonista de um real e imediato drama histórico.” (p. 952) Organizar com. Isto implica em definir com quem e para que. Ou seja, remete objetivamente à questão dos intelectuais.

De subalterna a hegemônica

A passagem de uma classe subalterna à posição hegemônica significa antes de mais nada a tomada de posse de si mesma, a sua afirmação enquanto coletividade individualizada face às demais

classes: “Não se pode falar de elite, aristocracia, vanguarda como uma coletividade indistinta e caótica. (...) A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivo atingido pelo esforço individual concreto, e não por um processo fatal, estranho aos indivíduos: portanto, obrigação da disciplina interior e não apenas daquela externa e mecânica.” (751-IOC 168) Mas essa ideia de coletividade não supõe, nem poderia supor, a ideia de homogeneidade. As polêmicas e cisões, normais no desenvolvimento da identidade da classe, devem ser enfrentadas com tranquilidade: “evitá-las significa apenas postergá-las para quando serão perigosas e diretamente catastróficas.” (idem) Mais forte ainda: “a ausência de uma democracia real, de uma real vontade coletiva nacional” e a passividade dos indivíduos leva “a um despotismo mais ou menos larvar da burocracia.” (750-1 id)

Pelo contrário, o intelectual – aí compreendido obviamente o partido – tem que ser democrático, não por cálculo, mas como expressão de uma necessidade: “concebe a si mesmo como ligado por milhões de fios a um dado agrupamento social e, por seu trâmite, a toda a humanidade (...) não se põe como algo de definitivo e rígido, mas como algo tendente a ampliar-se a todo um agrupamento social, que é, ele também, concebido como tendente a unificar toda a humanidade.” (750-IOC 167)

Um dos elementos fundamentais para a criação de uma vontade coletiva nacional popular, é da obtenção de uma autonomia enquanto projeto ideológico. Para tal, há que vencer-se a tentação economicista, dado que ela conduz necessariamente à subordinação ideológica.

Se assim é, o papel do partido, enquanto intelectual coletivo, enquanto experimentador histórico, é fundamental. Não tendo uma postura economicista nem voluntarista, cabe a ele, enquanto projeto, pensar a questão da vontade coletiva.

Gramsci examina então a questão do livre cambismo expressa a postura de uma classe dominante e dirigente, o sindicalismo teórico é uma postura de classe ainda subalterna. O movimento do livre cambismo se baseia na “distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metódica se

torna e é apresentada como distinção orgânica. Assim, se afirma que a atividade econômica é própria da sociedade civil, e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. (...) (contudo), o liberalismo é uma 'regulamentação' de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. (...) é um programa político, destinado a mudar, enquanto triunfa, o pessoal dirigente de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, de mudar a distribuição da renda nacional." (1590-MPE 32)

O sindicalismo teórico é uma postura de classe subalterna, que ainda não ultrapassou a fase econômico corporativa e, portanto, não se coloca como apta a "elevar-se à fase da hegemonia ético política na sociedade civil, e dominante no Estado." (id MPE 33) Ele nada mais é do que um mero economicismo, "justificado com algumas afirmações mutiladas e, portanto, banalizadas da filosofia da práxis" (id) que ou não coloca a possibilidade de transformação da classe em classe dirigente, ou se apresenta "em formas incongruentes e ineficientes (...) ou porque se afirma o salto imediato do regime dos grupos àquele da periferia igualdade e da economia sindical." (id)

O economicismo tende a negar as "expressões de vontade, de iniciativa e de ação política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica das necessidades econômicas e, mesmo, a única expressão eficiente da economia". (id) Não perceber essa relação fundamental é condenar-se a não colocar a questão da hegemonia.

A filosofia da práxis, na sua forma de "superstição economicista", adquiriu enorme prestígio "entre as massas populares e entre os intelectuais de meia pataca, que não querem cansar-se o cérebro, mas querem parecer espertíssimos", ao preço contudo de sua capacidade de expansividade cultural na esfera superior do grupo intelectual". (1595-MPE 37) Reduzindo tudo mecanicamente ao econômico, às leis férreas e exteriores de um desenvolvimento histórico, o economicismo acaba por esquecer a "tese segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais sobre o terreno das ideologias";

transformou-se em uma negação da pesquisa histórico-científica e, assim, reduziu o conhecimento histórico em “um contínuo *marché de dupes*, um jogo de ilusionismo e de prestidigitação. A atividade ‘crítica’ se reduziu em desvelar truques, em suscitar escândalos”. (id) Vale dizer, em não compreender a história. Melhor seria dizer: em sofrer a história, visto que se perde capacidade de intervenção. Comete-se outro equívoco complementar ao anterior: “esquecer-se (...) uma outra proposição da filosofia da práxis: a de que as ‘crenças populares’ ou as crenças do tipo das crenças populares têm a validade de forças materiais.” (id)

Assim, o mecanicismo não pode perceber que a “hegemonia pressupõe indubitavelmente que se levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico corporativa, mas é também indubitável que tais compromissos e sacrifícios não possam referir-se ao essencial, dado que se a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.” (1591-MPH 33) Daí que o campo da hegemonia não é apenas aquele da luta prática, da luta política, mas também o da teoria.

A formação da vontade coletiva nacional popular

Colocando-se como intelectual das classes subalternas, o partido propõe duas tarefas básicas: “formação de uma vontade coletiva nacional popular (...) e reforma intelectual e moral” (953) das massas. Duas tarefas que se resumem em uma única: a construção de uma nova forma civilizatória vale dizer, a realização da hegemonia. A reforma intelectual e moral é a questão da concepção de mundo, “que é o terreno para o posterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional” (id) Essa “reforma cultural, isto é, elevação cultural dos elementos deprimidos da sociedade”, supõe necessariamente “uma precedente reforma econômica e a modificação no teor econômica de vida (...); está

sempre ligada a um programa de reforma econômica, (...) modo concreto com que se apresenta toda reforma intelectual e moral.” (id) A tarefa do partido, intelectual da classe que se propõe como hegemônica, é subverter “todo o sistema de relações intelectuais e morais” (id) sem que nenhuma alteração fundamental seja possível. “Ele toma o lugar, nas consciências, da divindade e do imperativo categórico, ele é a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida”. (idem)

O projeto da hegemonia da classe operária é então pensado como projeto de autonomia dos indivíduos: “A afirmação de que o Estado se confunde com os indivíduos (com os indivíduos de um grupo social), como elemento de cultura ativa (isto é, como movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de cidadão) deve servir para determinar a vontade de construir no invólucro da Sociedade política uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o simples indivíduo se governe por si, sem que por este autogovernos entre em conflito com a sociedade política, pelo contrário tornando-se-lhe a continuação normal, o complemento orgânico.” (1020-PP 210-1) E isso só é possível para o “grupo social que põe o fim do Estado e de mesmo como fim a atingir, pode criar um Estado ético, tendendo a por fim às divisões internas de dominados, etc. E a criar um organismo social unitário técnico moral.” (1050-MPE 145)

O grande problema é, pois, o da “formação de uma vontade coletiva. Trabalhar essa questão significa, obviamente, trabalhar as formas de articulação mentais das classes subalternas. Significa examinar uma racionalidade distinta da racionalidade dominante. E, mesmo, examinar a ‘concepção do mundo’ de determinados estratos da sociedade, que não são tocados pelas modernas correntes de pensamento.” (p. 89) Concepção do mundo caracterizada por sua não elaboração, sua assistencialidade, e sua fragmentariedade e multiplicidade. Normalmente ela aparece como folclore, como “justaposição mecânica de (...) concepções de mundo” quase como um museu de “fragmentos de todas as concepções de mundo e da vida”. (id.) Obviamente, a concepção de mundo das classes subalternas não se reduz ao folclore, nem mesmo é sempre tão separada da racionalidade dominante.

Contudo, com exceção da cultura da classe operária, que até mesmo pela sua inserção na racionalidade da produção capitalista não pode deixar de reconhecê-la e trabalhar com ela, trabalhar com as concepções das demais classes subalternas permitirá ao “professor conhecer que outras concepções trabalham a formação intelectual e moral das jovens gerações.” (p. 90) Só assim se poderá fazer o trabalho “mais eficaz e mais formativo da cultura das grandes massas populares, e desaparecerá a separação entre cultura moderna e cultura popular ou folclore.” (idem) Gramsci afirma que esse trabalho seria o equivalente “intelectualmente ao que foi a Reforma nos países protestantes.” (idem)

O estudo da filosofia se coloca então como condição da construção de uma nova visão de mundo, elemento vital na realização da hegemonia. Antes de mais nada, é preciso “demonstrar que todos os homens são filósofos, definindo os limites e os caracteres desta filosofia [espontânea] de ‘toda gente’, isto é, o senso comum e a religião”. (1063) A cultura, a filosofia, enfim, a atividade intelectual não é patrimônio específico de nenhum grupo, por “não existe homem normal e são intelectualmente, que não participe de uma determinada concepção de mundo, ainda que inconscientemente”. (idem) Todos são filósofos, a seu modo.

O que está em jogo é, pois, determinar o nível da crítica e da consciência. “É preferível ‘pensar’ sem ter consciência disso, de modo desagregado e ocasional, é preferível ‘participar’ em uma concepção de mundo ‘imposta’ pelos de fora, por um grupo social (que pode ir da própria aldeia à própria província, que pode ter a origem no próprio pároco ou no velho patriarca cuja ‘sabedoria’ dita lei, na própria estupidez e impotência para agir); ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo, consciente e criticamente, e em conexão com tal trabalho do próprio intelecto escolher o próprio mundo de atividade, participar ativamente na produção da história universal?” (idem)

Sendo religião, senso comum e filosofia, ordens intelectuais, é necessário pensar suas especificidades e articulações. “Não existe apensar um ‘senso comum’, mas ele é também um produto e um dever histórico. A filosofia é a crítica da religião e do senso comum, e a sua superação: em tal sentido, a filosofia coincide

como o “bom senso’.” (idem) Do mesmo modo, também não “existe a ‘filosofia’ em sentido geral: existem muitas filosofias, e será necessário escolher entre elas.” (idem)

A filosofia é uma concepção de mundo. A atividade filosófica é ao mesmo tempo “elaboração ‘individual’ de conceitos sistematicamente coerentes (...) e (...) luta para transformar a ‘mentalidade’ popular e difundir as inovações filosóficas que se demonstram ‘historicamente verdadeiras’”, (1330-CDH 36) Essa questão é decisiva, pois, “todo ato histórico só pode ser realizado pelo ‘homem coletivo’, isto é pressupõe a obtenção de uma unidade ‘cultural social’ pela qual uma multiplicidade de quererdes desagregados, com heterogeneidade de fins, sobre a base de uma (igual) e comum concepção de mundo (geral e particular, transitoriamente [por via emocional] ou permanentemente operante, por cuja base intelectual é assim radicada, assimilada, vivida, que se pode tornar paixão).” (1331-CDH 36-7)

O problema é, então, o da organização crítica de uma Weltanschauung diferenciada – e em antagonismo – com as das classes dominantes. Visão unitária que trabalhe as visões erráticas, fragmentárias, parcelares das classes subalternas. Processo de crítica sobre todo esse acúmulo de experiências anteriores do mundo do trabalho. Mas que deve necessariamente estar em debate crítico com a racionalidade dominante. Movimento duplo de buscar autonomizar-se dentro de um campo minado por outras racionalidades.

A definição desse campo de construção/reconstrução de identidade das classes trabalhadoras e o terrenos da hegemonia. “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, e se verifica não apenas campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais.” (idem CDH 37) Pedagógica não no sentido de que ela se reduza “às relações especificamente ‘escolares’, pelas quais as novas gerações entram em contato com as antigas, e lhes absorvem as experiências e os valores historicamente necessários, ‘amadurecendo’ e desenvolvendo uma relação própria histórica e culturalmente superior”; pelo contrário, ela “existe em toda a sociedade no seu conjunto e para todo indivíduo em relação aos

outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não-intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e sequazes, entre dirigente e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército.” (1330 id, id) Ela é pedagógica no sentido em que é a experiência coletiva de emancipação. Experiência que nega/supera hierarquias. Lembremos a afirmação anterior sobre o reconhecimento pela ciência política da existência de dirigentes e dirigidos, de governantes e governados. Existência essa que deve ser negada ou afirmada quando se propõe um novo projeto. Experiência que supõe sempre, e necessariamente, que “a relação entre mestre e aluno é uma relação ativa, de relações recíprocas e, portanto, todo mestre é sempre aluno, e todo aluno mestre.” (id)

Uma nova visão de mundo, supõe necessariamente o debate/ruptura com toda a experiência histórica. Supõe a criação de um novo tipo de intelectual. Ou seja, é sempre uma interação entre as classes, seus intelectuais e um dado ambiente cultural: “a personalidade de um filósofo individual é dada também pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e, obrigando-o a uma contínua autocrítica, funciona como ‘professor’.” (1331 is) A luta histórica pelas liberdades de pensamento e de expressão do pensamento é uma condição política necessária para que se possa realizar historicamente “um novo tipo de filósofo que se pode chamar ‘filósofo democrático’, (...) convencido de que a sua personalidade não se limita ao próprio indivíduo físico, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural.” (1332-CDH 37-8)

O marxismo é a nova visão de mundo, a nova filosofia superior. Vê o processo economia/política como construção ativa dos homens, e afirma a estrutura como a articulação específica das classes. “A unidade é dada pelo desenvolvimento dialético das contradições entre o homem e a matéria-prima (natureza – forças materiais de produção).” (868-CDH 112)

Essa filosofia superior postula sempre a intervenção dos homens, negando sempre, como elemento deteriorado, toda forma de determinismo economicista. A filosofia é vista como “relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica”. (idem) Gramsci vê como, na economia, “os negociadores

da teoria do valor caem no crasso materialismo vulgar, colocando as máquinas em si – como capital constante ou técnico – como produtoras de valor, exteriormente ao homem que as conduz”. (id) o mesmo ocorrendo na política, local da relação entre o Estado e a sociedade civil, ou seja, local da “intervenção do Estado (vontade centralizada) para educar o educador, o ambiente social em geral.” (id)

Filosofia e autonomia

Não insistiremos muito sobre aquilo que já é sobejamente conhecido. Assim, só trataremos da questão dos intelectuais na medida em que vá contribuir essencialmente ao nosso tema. Quando Gramsci insiste na necessidade de “destruir o preconceito muito difundido de que a filosofia seja algo muito difícil” (1375-CDH 11) ele o faz para afirmar uma tese centra: que ela não é apenas “a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados, ou de filósofos profissionais e sistemáticos”. (id) Mas, pelo contrário, para afirmar que ela é possível a todos, dado “que todos os homens são filósofos.”

Esse trabalho filosófico tem então seu campo ampliado. Nós o encontraremos na chamada filosofia espontânea, própria de toda a gente. Está contido na linguagem no sentido comum, no bom senso, na religião popular. A linguagem, é assim, o lugar onde se cristalizam as noções e os conceitos, onde o sentido comum, a religião, etc, se expressam. É portanto, o locus da transformação cultural necessária. Trata-se de saber como se trabalha essa linguagem e para onde conduzi-la. Ser autônomo é, pois, “elaborar a própria concepção de mundo consciente e criticamente (...), em conexão com o tal trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser guia de si mesmo”. (1376-CDH 12)

Falamos em autonomia, de elaboração da visão de mundo específica da classe proletária, liberada da organização mental promovida pelas classes dominantes (vale dizer, liberada da racionalidade capitalista). Se, como diz Gramsci, “somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens

massa ou homens coletivos”, é necessário definir que tipo de conformismo corporificamos. O grau de fragmentariedade e de desagregação de uma dada concepção de mundo, revela como somos constituídos enquanto personalidades. “Crítico a própria concepção do mundo significa, portanto, torná-la unitária e coerente, e elevá-la ao ponto que atingiu o pensamento mundial mais avançado. Significa, então, mesmo, criticar toda a filosofia até agora existente, enquanto ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular.” (id)

Assim, o processo de construção da identidade da classe, ou seja, o processo de construção da filosofia superior, é a crítica dos diversos níveis de consciência anteriores, sempre e sempre, em contrastes com a racionalidade dominante. Essa é o processo da construção de uma “concepção do mundo criticamente coerente”, ciente da historicidade. Sem isso, estaríamos em uma posição anacrônica, seríamos “fósseis e não seres vivos modernamente. Ou pelo menos (...) ‘compostos’ bizarramente.” (1377-CHD 13) A percepção de um anacronismo relativo é documento do próprio nível de estruturação da classe – sempre em debate com as racionalidades passada e presente dos dominantes, e com a história da sua própria racionalidade (consciente ou não, desagregada ou não).

Gramsci coloca a questão da linguagem como vital. Ela “contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, (...) (tem uma) maior ou menor complexidade”. O paralelo com a linguagem é oportuno: “quem fala apenas o dialeto ou compreende a língua nacional em graus diversos, participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provincial, fossilizada, anacrônica em confronto com as grandes correntes de pensamento que dominam a expressão visão “mais ou menos corporativas ou economicistas, não universais.” (id) Uma concepção de mundo avançada, assim como uma língua desenvolvida, é capaz de “traduzi-se na língua de uma outra grande cultura, isto é, uma grande língua nacional, historicamente rica e complexa, pode traduzir qualquer outra grande cultura, isto é, expressão mundial. Mas um dialeto não pode fazer a mesma coisa”. (idem) Uma concepção de mundo

pobre não apenas é ineficaz para traduzir-se em outra, como é acima de tudo incompetente para organizar quem e o que quer que seja. É, portanto, condição de subordinação.

A criação dessa concepção de mundo nova e superior tem que necessariamente traduzir-se. Significa que ela deve “difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ (...) e, portanto, fazê-las tornar-se base de ações vitais, elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral.” (1378) A hegemonia é exatamente isso: a criação de uma massa de homens capazes de “pensar coerentemente e de modo unitário o real presente. Nesse sentido, diria Gramsci, o elaborador e o sistematizador são igualmente necessários. Fazer com que uma nova cultura seja patrimônio de pequenos grupos intelectuais.” (idem CDH 13-4)

O material sobre o qual se trabalhará a construção dessa nova visão de mundo superior, desta filosofia, é o conjunto dos produtos históricos da sociedade. Senso comum, religião, filosofia são nomes coletivos. São múltiplos. A filosofia, diferentemente dos outros dois, é uma ordem intelectual, pois ela é a um só tempo crítica e superação dos outros, e “em tal sentido coincide com o ‘bom senso’, que se contrapõe ao senso comum.”

Múltiplas tão são as filosofias, dado que a filosofia em geral é apenas uma hipótese. Múltiplas e contraditórias entre si, racionalidades de diversas classes, em diversos momentos e conjunturas, as filosofias sempre requerem que se escolha entre elas. Mesmo ao nível individual, podemos encontrar frequentemente contradições entre fato intelectual e norma prática de conduta. “Qual será então a real concepção de mundo: aquela logicamente afirmada como fato intelectual, ou aquelas que resulta da atividade real de cada um, que está implícita no seu agir? E dado que o agir é sempre um agir político, não se pode dizer que a filosofia real de cada um está contida por inteiro na sua política?” (1379-CDH 15)

Esta contraditoriedade entre pensar e agir é a “expressão de contrastes mais profundos de ordem histórico social. (...) Significa que um grupo social, que tem uma concepção de mundo, sua, própria, ainda que embrionária, que se manifesta na ação, (...) ocasionalmente, (...) tomou, por razões de submissão

e subordinação intelectual, uma concepção não sua, por empréstimo de outro grupo”. (idem) Isto permite, então, mostra que “a escolha e a crítica de uma concepção de mundo é ela também fato político.” (id)

A crítica às outras concepções, a partir da racionalidade específica, se torna necessidade. A prática cotidiana dessa necessidade está presente na própria linguagem popular. Quando se diz “tomar a coisa da filosofia”, a população expressa contraditoriamente, seja “um convite implícito à resignação e à paciência, (...) seja, ao contrário, o convite à reflexão”. (1380-CDH 16) Assim, “os termos ‘filosofia’ e ‘filosoficamente’ (...) têm um significado muito preciso, de superação das paixões bestiais e elementares em uma concepção da necessidade que dá ao próprio agir uma direção consciente. É este o núcleo sadio do senso comum, que se poderia precisamente chamar bom senso, e que merece ser desenvolvido e tornado unitário e coerente.” (idem)

O problema fundamental que se coloca a partir de toda concepção de mundo “que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas (...) (é) o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social, que é precisamente cimentado e unificado por aquela ideologia.” (id.) Problema para o qual as respostas variam.

A igreja católica conseguiu manter unidos seus intelectuais e suas “almas simples”. Se ela teve que enfrentar “um problema dos ‘simples’ significa precisamente que houve ruptura na comunidade dos ‘fiéis’, ruptura que não pode ser sanada elevando os ‘simples’ ao nível dos intelectuais” (1383-CDH 19). Realizar esta tarefa significa que para a Igreja uma ação através de uma “disciplina férrea sobre os intelectuais, para que não ultrapassem certos limites na distinção, e não a tornem catastróficas e irreparável.” (1383-4) A capacidade de manter juntos os simples e os intelectuais foi sempre uma grande debilidade das filosofias imanentistas; elas sequer tentaram “construir uma concepção que pudesse substituir a religião na educação infantil” (1381-CDH 17). Em um polo oposto se coloca a filosofia da práxis. Ela não quer “manter o ‘simples’ na sua filosofia primitiva de senso comum,

mas, pelo contrário tende a conduzi-los a uma concepção superior da vida. (...) afirma a exigência do contato entre intelectuais e simples, não para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no baixo nível das massas, mas precisamente para construir um bloco intelectual moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa, e não apenas de escassos grupos intelectuais.” (1384-5-CDH 20)

A superação dessas limitações só poderia ser colocada “se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, isto é, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social.”(1382-CDH 18) Não basta que os simples demonstrem “um entusiasmo sincero e uma forte vontade de elevar-se a uma forma superior de cultura e de concepção de mundo” (idem CDH 17). É necessário ir além. O limite do pensamento imanentista foi, portanto, o de não se colocar como pensamentos que supere a cisão intelectuais simples. Os chamados movimentos de “ida ao povo”, como por exemplo as chamadas Universidades populares, fracassaram por não realizarem uma ligação orgânica, por não existir entre eles “a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática.” (id. CDH 18) Só se resolverá quando o “trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente não (se) esquece(r) nunca de permanecer em contato com os ‘simples’”(id.). Somente assim, neste contato “uma filosofia ‘histórica’, se depura dos elementos intelectualísticos de natureza individual e se faz ‘vida’.”(id.)

A filosofia da práxis, que se pretende filosofia e senso comum das classes trabalhadoras, “não pode deixar de apresentar-se em atitude polêmica e crítica, como superação do modo de pensar existente (...) acima de tudo como crítica do ‘senso comum’”. (1383-id) A relação entre filosofia e senso comum é assegurada pela política, “assim como é assegurada pela política a relação entre o catolicismo dos intelectuais e o dos ‘simples’.” (1383-CDH 19)

Existem contradições entre o agir prático e a consciência teórica. “O homem ativo de massa age praticamente, mas não

tem uma clara consciência teórica deste seu agir que (...) é um conhecer o mundo enquanto o transforma.” (1385-CDH 20) A sua consciência contraditória, que oscila entre a sua ação e aquela “superficialmente explícita e verbal que herdou do passado e que acolheu sem crítica” vinculada a “um grupo social determinado, influi na conduta moral, na direção da vontade, de modo mais ou menos enérgico, que pode chegar até a um ponto em que a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha, e produz um estado de passividade moral e política.” (id. CDH 20-1)

Distinguir-se, destacar-se, tornar-se independente. Aqui estão os elementos da autonomia. O processo da hegemonia supõe, antes de mais nada, a autonomia da elaboração da visão de mundo. Autonomia e/ou subordinação são, pois, faces dessa luta de hegemonias (que nada mais é do que o cotidiano das classes e de suas lutas): “Eis porque é de por-se em relevo como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico além de político/prático, porque necessariamente arrasta e supõe uma unidade intelectual e uma ética conforme a uma concepção do real que superou o senso comum e se tornou crítica, ainda que dentro de limites restritos.” (1385-6 id.)

Subtrair-se ao domínio ideológico de outra(s) classe(s) é uma condição necessária, mas não suficiente na construção da hegemonia. Fazem-se necessários intelectuais para essa tarefa: “Autoconsciência crítica significa histórica e politicamente criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘per sé’ sem organizar-se (em sentido lato), e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigente, sem que o aspecto teórico do nexa teoria/prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica.” (1386 id.) Processo longo e contraditório. Voltaremos a ele.

A hegemonia em construção sofre ainda outros problemas. Quando, por exemplo, se pensa a teoria como exterior à prática – e não como unidade – estamos face a proposições marcadas por uma concepção que pensa a “teoria como ‘complemento’,

‘acessório’ da prática, (...) como escrava da prática.” (id.) Na dialética intelectual, massa estabelecida no processo da hegemonia, ocorre com frequência “uma perda de contato, dando a impressão de ‘acessório’, de complementar, de subordinado. A insistência sobre o elemento ‘prático’ do nexa teoria/prática, depois de ter cindido, separado e não apenas distinguido os dois elementos (...) significa que se atravessa uma fase ainda econômico corporativa, em que se transforma quantitativamente o quadro geral da ‘estrutura’ e a qualidade superestrutura adequada está em visas de surgir, mas não está ainda organicamente formada.” (1386-7-CDH 22)

Fundamental é então o papel dos partidos políticos na elaboração e difusão das concepções de mundo. Funcionam “quase que como ‘experimentadores’ históricos dessas concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e a seleção ocorre, seja no campo prático, seja no teórico, conjuntamente, com uma relação tão mais estreita quanto mais a concepção é vital e radicalmente inovadora e antagônica aos velhos modos de pensar. Por isso pode-se dizer que os partidos são elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação da teoria e da prática entendida como processo histórico real.” (1387 id.)

Mas, “a inovação não pode tornar-se massificada, nos seus primeiros estádios, a não ser pelos trâmites de uma elite, em que a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado em uma certa medida consciência atual, coerente e sistemática, e vontade precisa e decidida.”(id. CDH 23) dado que a ruptura com os antigos modos de pensar é apenas o início, que as classes subalternas elaboram seus intelectuais não a partir da escola, mas da sua prática subordinada e organizada pela racionalidade dos dominantes, “a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração ao desenvolvimento cultural como um todo”. (1386-CDH 22) No desenvolvimento da dialética intelectuais massa, a cada descolamento dos intelectuais existe “um movimento análogo da massa dos simples que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente seu círculo de influência, com avanços

individuais ou de grupos mais ou menos importantes em direção ao estrato dos intelectuais especializados.” (id.)

É necessário romper com o mecanicismo, o determinismo, o fatalismo. A atuação desses elementos funciona como “um ‘aroma’ ideológico imediato da filosofia da práxis, uma forma de religião e de excitante (mas ao modo dos estupefacientes), tornando necessário e justificado historicamente pelo caráter ‘subalterno’ de determinados estratos sociais. Quando não se tem a iniciativa da luta e a própria luta acaba então por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecanicista se torna uma força formidável de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. (...) A vontade real se traveste em um ato de fé, em uma certa racionalidade da história, em uma forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado que aparece como um substituto da predestinação, da providência, etc., das religiões confessionais. (...); quando o ‘subalterno’ se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanicismo aparece em um certo ponto como um perigo iminente, ocorre uma revisão de todo modo de pensar porque ocorreu uma mutação no modo social de ser.” (1388-CDH 23)

Não iremos trabalhar todo o procedimento gramsciano de como se faz o processo de desconstrução de uma racionalidade por outra. Queremos chamar a atenção para alguns mecanismos dessa luta de hegemonias.

Em primeiro lugar, salientar a existência “de uma extrema labilidade nas novas concepções das massas populares, especialmente se estas novas convicções estão em contraste com as convicções (mesmos novas) ortodoxas, socialmente conformistas segundo os interesses gerais das classes dominantes.” (1391-CDH 27) Em segundo lugar, a consideração que uma “parte da massa mesmo subalterna é sempre dirigente e responsável, a filosofia da parte procede sempre a filosofia do todo, não apenas como antecipação histórica, mas como necessidade atual.” (1389-CDH 24) Terceiro: “que, nas massas enquanto tais, a filosofia não pode ser vivida senão como fé.” (1389-CDH 26) E quarto: que se deve “trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente cada vez mais vastos estratos populares, isto

é, para das personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar para suscitar elites de intelectuais de um tipo novo que surjam diretamente da massa, permanecendo ainda em contato com ela (...) Esta (...) necessidade, se satisfeita, é a que realmente modifica o 'panorama ideológico' de uma época." (1392-CDH 27)

A luta das hegemonias tem, pois, uma face cognitiva. "A adesão ou não adesão de massa e uma ideologia é o modo com que se verifica a crítica real da racionalidade ou da historicidade dos modos de pensar." (1393-CDH 28)

A Filosofia da Práxis e a hegemonia

A filosofia da práxis é vista então como a teoria superior, a filosofia capaz de ordenar a nova racionalidade. O embate com as outras filosofias/racionalidades/práticas se faz presente. Fundamental nessa luta de hegemonias é a autonomia dessa filosofia em relação às outras. "A ortodoxia (...) deve ser buscada (...) no conceito fundamental que a filosofia da práxis 'basta a si mesma', contém em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção de mundo, uma filosofia total (...) para vivificar uma integral organização prática da sociedade, isto é, para se tornar uma civilização total, integral." (1434-CDH 186-7)

Que significa autonomia da filosofia da práxis? Queremos afirmar que ela "não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia: ela não é apenas original enquanto supera as filosofias precedentes, mas especialmente enquanto abre uma estrada completamente nova, isto é, renova de cima a baixo o modo de conceber a própria filosofia." (1436-CDH 189) Mais do que isso: é preciso afirmar que "a filosofia da práxis é o 'historicismo absoluto', a mundialização e a terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história. Nesta linda deve-se escavar o filão da nova concepção de mundo." (1437 idem)

Teoria revolucionária "na medida em que é elemento de separação e distinção consciente entre dois campos, enquanto é um vértice inacessível ao campo adversário" (1434-CDH 187) a filosofia da práxis é "uma estrutura de pensamento completamente

autônoma e independente, em antagonismo com todas as filosofias e religiões tradicionais”.(id.) Face a essa autonomia, as demais filosofias tem de tentar limitá-la, enquadrá-la. Tarefa facilitada se, de dentro do círculo intelectual que se reivindica da filosofia da práxis, se busca nas outras filosofias elementos de complementaridade ou base epistemológica. E, por outro lado, as demais filosofias reagem tentando reabsorvê-la, como, por exemplo, na ação de Benedetto Croce.

Croce, “representa essencialmente uma reação ao ‘economicismo’ e ao mecanismo fatalista, se bem se apresente como superação destrutiva da filosofia da práxis.” (1234-35-CDH 230) E toma a filosofia da práxis como sendo uma das manifestações desses economicismo e mecanicismo fatalistas. Reduzindo a filosofia, tornando-a assim prisioneira do idealismo. Deforma-a e absorve-a. Croce realiza essa tarefa chamando “energicamente a atenção sobre a importância dos fatos de cultura e de pensamento no desenvolvimento da história, sobre a função dos grandes intelectuais na vida orgânica da sociedade civil e do Estado, sobre o momento da hegemonia e do consenso como forma necessária do bloco histórico concreto.” (1235-CDH 230-1)

Deve-se contudo ter clareza que a filosófica da práxis não “exclui a história ético política, mas que, pelo contrário, a etapa mais recente do seu desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento da hegemonia como essencial na sua concepção estatal, e na ‘valorização’ do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural, como necessário ao lado daqueles meramente econômicos e meramente políticos.” (1224-CDH 219) Deve-se, mesmo, ir mais longe e afirmar que “em nome” dela muito determinismo foi praticado e, graças a isso, muitas derrotas foram sofridas. A “eterna” e imutável “contradição capital trabalho”, tomada abstratamente, isto é, fora da história, só poderia realmente significar desconhecimento – erro- derrota. A afirmação, já presente em Engels, da necessidade do fronte ideológico, significa a percepção da necessidade de entender a si e ao outro. Gramsci trabalha essa necessidade quando opõe Cavour e Mazzini. Moderados e Partido da Ação na análise da unificação italiana.

Gramsci coloca essa questão como a mais vital e fala que, ao mesmo tempo que Croce, Lenin, “o maior teórico modernos da filosofia da práxis, no terreno da luta e da organização política, como terminologia política, em oposição às diversas tendências ‘economicistas’, revalorizou o fronte da luta cultural e construiu a teoria da hegemonia como complemento da teoria do Estado força e como forma atual da doutrina quarantottesca da ‘revolução permanente’.” (1235-CDH 231) Isto é: deve-se examinar se a etapa imperialista transformou ou não, efetivamente, de modo radical, as relações internacionais, seja no campo da política, seja no da economia. Se isso corresponde a verdade, será necessário repensar a estratégia daqueles que se propõe a fundar uma nova civiltá. Mais: o americanismo recolocou em bases ainda mais novas essas relações de força. Não se pode mais traduzir simplesmente uma crise econômica em uma crise política. É preciso, pois, repensar toda a estratégia internacional e as correlatas estratégias nacionais. Uma leitura nova sobre a questão da hegemonia obrigava à releitura de todos os projetos vivenciados pelos revolucionários: do Comintern a Trotsky, passando pelo stalinismo.

Uma construção teórica da questão da hegemonia permite, portanto, escapar ao círculo vicioso: determinismo econômico – voluntarismo político, que caracterizou todo o pensamento da Internacional Comunista. O pensamento gramsciano foi reduzido a uma forma de anti-Trotsky e anti-Rosa, dado seu feroz ataque a uma estratégia que colocava a revolução permanente como decorrente de forma imediata das crises econômicas. Mas, como essa leitura era instrumental, esqueceram de fazê-la em relação a tática Classe X Classe, na virada da década de 1920, e mais, silenciaram sobre as questões levantadas no cárcere sobre a possibilidade ou não da passagem ao socialismo após a derrota do fascismo, e a questão da Constituinte, por exemplo.

A afirmação da cultura como espaço da hegemonia é fundamental. “A proposição contida na introdução à Crítica da Economia Política, que os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerado como uma afirmação de valor gnoseológico e não

puramente psicológico e moral”, (1249-CDH 52) e nos leva a pensar que toda hegemonia supõe uma estrutura material de realização. Não se trata de uma mera luta ao nível do discurso: “A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme uma nova concepção de mundo, se acaba por introduzir uma nova moral conforme uma nova concepção de mundo, se acaba por introduzir mesmo tal concepção, isto é, se determina uma inteira reforma filosófica.” (1250 idem) Ou seja, se determinam novos campos de luta e se recoloca a questão dos projetos.

A vitória de um princípio hegemônico (ético político) não se dá pela pura superioridade técnica, lógica ou racional. A tarefa de quem busca construir a nova hegemonia é, pois, compreender as razões pelas quais um projeto de hegemonia é vitorioso ou não. “Será necessário explicar porque em 1848 os camponeses coratas combateram contra os liberais vienenses. Então o nexos real ético político entre os governantes e governados era a pessoa do imperador ou do rei (...), como mais tarde o nexos será, não o conceito de liberdade, mas o de pátria e nação.” (1236-7-CDH 232)

O americanismo, uma tentativa de hegemonia

Não pretendemos analisar aqui em profundidade a questão do americanismo. Ele será tratado aqui como uma ideologia contribuidora do real e não com articulação específica de processos produtivos.

Ele se apresentava a Gramsci como uma nova forma do capitalismo. Processo de diferenciação em relação ao imperialismo, ele alterava o padrão societal. Repensava-se não apenas as práticas fabris mas, principalmente, as suas condições de existência. A introdução do fordismo, na Itália, é recebida, pela burguesia e pelos seus intelectuais, com imensas “resistências ‘intelectuais’ e ‘morais’” (2141-MPE 377)

A forma americana exige uma composição demográfica racional, vale dizer, que “não existam classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, (...) classes absolutamente parasitárias.” (idem) A inexistência dessas classes criadas pelas lutas de classe criou um enorme contingente populacional, “pensionistas de História econômica”. (id.)

Essa existência, que é uma das mais fortes caracterizações do ambiente produtivo americano, tornou assim “relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssimas) (...) A hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade para exercer-se senão de uma quantidade mínima de profissionais intermediários de política e da ideologia.” (2145-46-MPE 381-2)

O que é americanismo? É a criação de “um novo tipo de humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”, de uma nova “fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial.”(2146-MPE382) Essa adaptação, facilitada pela racionalizada composição demográfica, combina consenso e repressão. Mas dado o seu estado inicial e a inexistência de sedimentações políticas, inclusive de resistência, não conhecerá ainda nenhum desenvolvimento ideológico mais forte. Aparecia mesmo como “a forma deste tipo de sociedade racionalizada, em que a ‘estrutura’ domina mais imediatamente as superestruturas, e estas são ‘racionalizadas’ (simplificadas e diminuídas de número).” (id.)

A racionalização da produção passa pela luta contra a “propriedade do ofício”, travada pela “liberdade industrial”, isto é, trata-se de quebrar um tipo de sindicato que é a expressão corporativa da propriedade dos ofícios qualificados. Luta essa que, diferentemente da cena europeia do século XIX, encontra as massas americanas em estado bruto e, ademais disso, sobre determinada pela questão dos negros, de outras nacionalidades e culturas.

Falamos de criação de um novo nexos psicofísico, de um novo tipo de trabalhador. Fabricar o novo trabalhador supõe

fundamentalmente a criação de um novo homem, e para tal se exige “uma luta contínua contra o elemento ‘animalidade’ do homem, um processo frequentemente doloroso e sangrento, de subjugação dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a cada vez mais novas, mais complexas e rígidas normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão que tornam possível as formas cada vez mais complexas de vida coletiva que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo.” (2060-1-MPE 393) Processo, sem dúvida alguma, violento: trata-se na realidade de gestação de uma nova cultura. Gramsci acentua essa dolorosa adaptação ao criticar a política defendida por Trotski – aceita pelos bolcheviques- de militarização do trabalho, e, assim, de “dar supremacia, na vida nacional, à indústria e aos métodos industriais, de acelerar com meios coercitivos exteriores, a disciplina e a ordem na produção, de adequar os costumes à necessidade do trabalho .” (2164-MPE 396)

Redefinir habilidades e práticas: “a vida na indústria exige um tirocínio geral, um processo de adaptação psicofísico a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, ‘natural’, mas demanda ser adquirido, (...) a baixa natalidade urbana demanda um gasto contínuo e relevante para o tirocínio dos continuamente novos urbanizados, e traz consigo uma contínua mudança de composição social política da cidade, colocando continuamente sobre novas bases o problema da hegemonia.” (2149-MPE 391)

Racionalizar a produção significa racionalizar o modo de viver: “os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida: não se podem obter sucessos em um campo sem obter resultados tangíveis no outro.” (2164-MPE 396)

Racionalizar relação corpo mente, redefinir o erótico, a sexualidade: “Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão conectados indubitavelmente: as pesquisas dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse dessas tentativas (ainda se falidas) e

visse nisso apenas uma manifestação hipócrita de ‘puritanismo’, se negaria toda possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é mesmo o maior esforço coletivo verificado até agora para criar com rapidez inaudita e com uma consciência de finalidade jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem.” (2164-5 idem)

O trabalhador a ser criado deve ter “no grau máximo as atitudes maquinais e automáticas” e, para tanto, é preciso despedaçar “o velho nexos psicofísico implica naquilo que Taylor chamava cinicamente de “gorila amestrado”, “fase mais recente de um longo processo que se iniciou com o nascimento do próprio industrialismo, fase que é apenas mais intensa que as precedentes e se manifesta em formas mais brutais, mas que será todavia superada com a criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e indubitavelmente de um tipo superior. “Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será desapiedadamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo tout court.” (2165 id.) Impiedosa na análise, a afirmação gramsciana antecipa em mais de três décadas todo um debate ideológico sobre “o adeus ao proletariado”.

Regulação do instinto sexual e fortalecimento da família: estas não são posturas moralizadoras ou hipócritas, “a verdade é que não pode desenvolver-se o novo tipo de homem requerido pela racionalização da produção e do trabalho, até que o instinto sexual não esteja regulado de acordo, não tenha sido também ele racionalizado.” (2150-MPE 392) A estabilidade operária (familiar, sexual, etc.) passa a ser condição de eficácia no trabalho. O “desregramento” sexual, o alcoolismo, e diríamos hoje, as drogas não interessam do ponto de vista moral, mas apenas e tão somente da racionalização da produção. “As iniciativas ‘puritanas’ tem apenas a finalidade de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, espremido pelo novo método de produção. Esse novo equilíbrio não pode ser senão puramente exterior e mecânico, mas poderá tornar-se interior se ele for proposto

pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, com uma nova forma de sociedade, com meios de apropriados e originais. O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular nervosa: é seu interesse ter um operário estável, um complexo confiável permanentemente, porque mesmo o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser frequentemente demonstrada e renovada nas suas partes individuais sem perdas ingentes.” (2166-MPE 397-8)

O americanismo é, pois, a elevação do trabalho ao máximo de mecanicidade, diante da qual a humanidade e espiritualidade do trabalhador, existente ainda no período do artesanato, devem ceder: “precisamente contra este ‘humanismo’ luta o novo industrialismo.” (2156-6-MPE 397) Altos salários, regulação sexual, estabilidade familiar, peças de uma nova tentativa de hegemonia. Mas os mesmos tempos fundamentais para a própria atividade econômica: “o alto salário tem dois gumes: é necessário que o trabalhador gaste ‘racionalmente’ os tostões mais abundantes, para manter, renovar e possivelmente para crescer a sua eficiência muscular nervosa, não para destruí-la ou corroê-la.” (2166-MPE 398)

Este saber, contudo, se essa tendência à mecanicidade é inelutável, se o gorila amestrado será necessariamente o destino do trabalhador. “Quando o processo de adaptação ocorreu, verifica-se que, na realidade, o cérebro do operário, ao invés de mumificar-se, atingiu um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória dos ofícios, reduzida a gestos simples repetidos com ritmo intenso se ‘aninhou’ nos feixes musculares e nervosos, deixando o cérebro livre para outras ocupações.” (2170-1-MPE 404) A percepção desse processo é indicado pelas iniciativas “educativas” registradas nas obras de Ford e Philip.

Outro conjunto de questões relativas ao americanismo é a possibilidade ou não de ele ser absorvido e praticado por outros países capitalistas, a ceder assim a forma geral da dominação burguesa: “o problema não é se na América existe uma nova civilização, uma nova cultura (...) e se elas estão invadindo ou

já invadiram a Europa. (...) o problema é este: se a América, com o peso implacável de sua produção econômica, (isto é, indiretamente) obrigará ou está obrigando a Europa a uma modificação das suas bases econômicas sociais muito antiquadas, que se tivesse acontecido o mesmo, mas com o ritmo lento e que imediatamente se apresentava ao invés como contragolpe da 'prepotência' americana, isto é, se se está verificando uma transformação das bases materiais da civilização européia, que a longo prazo (e não muito longo, porque no período atual tudo é muito mais rápido que nos períodos passados) levará a uma derrubada da forma de civilização existente e ao nascimento forçado de uma nova civilização." (2178-9-MPE 411)

Limite objetivo para esse processo de fordização é a própria estrutura de classe. Ele "requer um ambiente dado, uma dada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um certo tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da liberdade política efetiva, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que atinge com meios próprios, como 'sociedade civil', pelo próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio." (2157-MPE 388)

Uma hegemonia não realizada: unidade italiana e revolução passiva

Coerentemente com toda a exposição anterior, não podemos ver na unidade italiana a realização bem sucedida de uma hegemonia. Nesta mesma revista, a relação Cavour X Mazzini é trabalhada em outro artigo. A ideia do embate hegemônico é claramente expresso e personificado na atuação desses dois dirigentes. E também a limitação da realização dessa hegemonia: "Cavour está consciente da sua tarefa (pelo menos em uma certa medida) enquanto compreendia a tarefa de Mazzini; Mazzini não parecia ser consciente da sua e da de Cavour; pelo contrário, se Mazzini tivesse tido tal consciência (...) o equilíbrio resultante da confluência das duas atividades teria sido diverso, mais favorável ao mazzinianismo: isto é, o Estado italiano ter-se-ia constituído

sobre bases menos atrasadas e mais modernas.” (1766-MPE 77)
Pressuposto racional ou análise empírica?

É preciso, antes de mais nada, recordar que a análise gramsciana da unidade italiana tem, por um lado, como parâmetro o processo da revolução francesa. E o da ação dos jacobinos. E, por outro lado, o da derrota face ao fascismo. Já nas suas primeiras reflexões, Gramsci, qual um Maquiavel do proletariado, se debruça sobre a história da unidade para marcar os limites e os impasses das forças socialistas e populares. Agora, no cárcere, em uma típica situação *für ewig*, desinteiriçada, isto é, sem o estímulo e a pressão da atuação imediata, como ele amava dizer, a reflexão sobre a unidade é a resposta de uma questão histórica: Por que perdemos?

Gramsci vai trabalhar essa questão em uma dupla incapacidade: a das forças populares (ou, pelo menos, as mais próximas dessa postura) e das classes dominantes. Incapacidades radicalmente distintas.

Do ponto de vista das classes dominantes, essa incapacidade não é, contudo impotência. Os moderados atuaram, desde a sua ótica, de uma maneira bastante correta: de sua intervenção política fica absolutamente claro que a atividade hegemônica pode e deve ocorrer “antes mesmo da ida ao poder, e que não é necessário contar apenas com a força material que o poder dá para exercer uma direção eficaz: precisamente a brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’”. (2011-R 97)

Os moderados “conseguiram estabelecer o aparelho (o mecanismo) da sua hegemonia intelectual, moral e política” de forma liberal, “através da iniciativa individual, ‘molecular’, ‘privada’ (isto é, não previamente à ação prática e organizativa)” (idem). O segredo dessa forma liberal está exatamente na sua composição de classe e, como já expressamos anteriormente, no seu caráter de intelectuais condensados: “dadas a estrutura e as funções dos grupos sociais representados pelos moderados, dos quais os moderados eram a camada dirigente, os intelectuais em sentido orgânico.” (id.); “já naturalmente pela organicidade das

suas relações com os grupos de quem eram expressão (por toda uma série dessas se realizava a identidade entre representado e representante, isto é, os moderados eram uma vanguarda real das classes altas, porque eles próprios pertenciam às classes altas: era intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, chefes de empresas, grandes agricultores ou administradores de propriedades, empresários comerciais e industriais, etc.) Dada essa condensação ou concentração orgânica, os moderados exerciam uma poderosa atração, de modo ‘espontâneo’, sobre toda a massa de intelectuais de todos os graus existentes na península em estado ‘difuso’, ‘molecular’, pela necessidade, ainda que elementarmente satisfeita, da instrução, da administração.” (2012-R 97-8)

Como intelectuais, “exerce(ra)m um tal poder de atração que acab(ar)am, em última análise, subordinando os intelectuais dos outros grupos sociais, e criando um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais com ligações de ordem psicológica (vaidade, etc.) e mesmo de casta (técnico jurídicos, corporativos, etc.)” (id. R 98) Não incorporaram apenas como projeto político imediato, incorporaram como ideologia e como corporação. Tiveram pois, na prática, a clareza de que “a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, enquanto a absorção das elites dos grupos inimigos conduz à decapitação destes e ao aniquilamento por um período frequentemente muito longo.” (2011-R 97) Síntese disse é a frase atribuída a Vittorio Emanuele de que teria os membros do Partido da Ação no bolso, in tasca.

Ademais, e não menos importante, a realização orgânica da unidade italiana do ponto de vista dos moderados não necessitava da incorporação das classes subalternas como cidades. E, portanto, a sua não realização de um projeto de cidadania clássica - incorporação do povo nação e criação de um Estado nacional popular – não é, nem impotência nem fracasso, mas possibilidade histórica concreta. Mais do que direção era dominação.

Já, para o Partido da Ação, o problema se colocava de modo diverso. Não tem a mesma base social, nem as mesmas condições de atração. Mais do que dirigir, era dirigido. Sua relação com as massas populares passava inclusive por fortes reminiscências

históricas: o “pânico de uma 93 terrorístico reforçado pelos acontecimentos franceses de 48-49” (2013-R 98-9). E, além disso, alguns dos seus mais importantes dirigentes, como Garibaldi estavam “em relação pessoal de subordinação com os chefes dos moderados” (idem R9).

Incapaz pelos seus limites específicos (já citados) o Partido da Ação não poderia “acolher em seu programa determinadas reivindicações populares (por exemplo, a reforma agrária)” (id. R 99), não podia ampliar sua base social e, portanto, ter autonomia.

“Para que o Partido da Ação se tivesse tornado uma força autônoma e, em, última análise, tivesse conseguido pelo menos imprimir ao Rissogimento um caráter mais marcadamente popular e democrático (...) teria devido contrapor à atividade as ‘empírica’ dos moderados (...) um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar dos camponeses: à ‘atração espontânea’ exercida pelos moderados teria devido contrapor uma resistência a uma contra ofensiva ‘organizadas’ de acordo com um plano.” (id. 2013)

Um outro limite se deveu ao fato de que o Partido da Ação foi tributário de uma ausência de perspectiva nacional concreta. Ele “estava embebido pela tradição retórica da literatura italiana: confundida a unidade cultural existente na península – limitada porém a um estrato mínimo da população e contaminada pelo cosmopolitismo vaticano – com a unidade política e territorial das grandes massas populares, que eram estranhas àquela tradição cultural.” (2014-R 100-1)

Esta observação atualiza um velho problema gramsciano, sistematicamente colocado já nos *Alcuni temi sulla questione meridionale*: a existência de um monstruoso bloco agrário, soldado pelos intelectuais. A dissolução desse bloco “para dar lugar a uma nova formação liberal nacional se se forçasse em duas direções: sobre os camponeses de base, aceitando-lhes as reivindicações elementares e fazendo deles parte integrante do novo programa de governo, e sobre os intelectuais dos estratos médios e inferiores, concentrando-os e insistindo sobre motivos que mais lhes pudessem interessar (...) A relação entre estas ações era dialética (...): a experiência de muitos países, e acima

de tudo a França no período da grande revolução, demonstrou que se os camponeses se movem por impulsos ‘espontâneos’, os intelectuais começam a oscilar, e, reciprocamente, se um grupo de intelectuais se põe sobre a nova base de uma política concreta filocamponesa, isto termina por arrastar consigo frações de massa cada vez mais importantes.” (2024) Mas: “dada a dispersão e o isolamento da população rural e a dificuldade então de concentrá-la em sólidas organizações, convém iniciar o movimento pelos grupos de intelectuais”. (id.)

A ausência de “uma leitura aderente às suas necessidades mais profundas e mais elementares, é o limite básico tanto dos Moderados quando o Partido da Ação, porque a literatura existente, salvo raras exceções, não está ligada à vida popular nacional, mas a grupos restritos que da vida nacional não são senão a mosca cocheira.” (2252-LVN 92)

Não há na Itália, insiste repetidamente Gramsci, um sentimento nacional popular. “Este fato é a comprovação mais peremptória, que existe na Itália um destaque entre público e escritores, e o público busca a ‘sua’ literatura no exterior, porque a sente mais ‘sua’ do que dita nacional.” (2253-LVN 93) Ademais, a nova insistência gramsciana, os intelectuais italianos são – desde, pelo menos, o Renascimento – cosmopolitas, não nacionais.

O conceito de revolução passiva, revolução, permite-nos entender o que uma sociologia de corte funcionalista chama de “modernização conservadora”. Revolução com “r” pequeno, como diriam os althusserianos. Esse conceito permite interpretar as “modificações moleculares que na realidade modificam progressivamente a composição precedente das forças e então tornam-se matrizes de novas modificações” (17-MPE 99), modificações que contudo não alteram a questão central da hegemonia: a transformação das superestruturas necessária à passagem a uma nova forma civilizatória, a um novo bloco histórico.

Conclusões ou problemas?

A rápida síntese das análises gramscianas sobre o americanismo e o processo rissorgimental, nos coloca face a

uma série de questões renovadas. Se, é correto afirmar “que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’”, é preciso ter clareza de que uma classe é sempre “dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter mesmo com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados.” (2010- R 96) Que a construção da sua hegemonia, a realização da sua racionalidade, caminha (feminina e masculina). Enfim, que toda essa construção supõe que essa classe social “pode e deve mesmo ser dirigente, já antes de conquistar o poder governamental (e esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder)” (idem). Que, mesmo quando se torna “dominante, (...) deve continuar a ser também ‘dirigente’.” (2011 id.)

Essa dupla articulação mostra a força do processo do americanismo, cuja “hegemonia nasce na fábrica”, e pode tendencialmente diminuir os números dos “comissários ideológicos”, porque impondo sua racionalidade e sua visão, na bela dialética do senhor e do escravo, obtém o consentimento das classes subalternas. Mostra a debilidade do processo rissorgimental que, separando dominação de direção, e privilegiando o primeiro termo, requereu o fórceps fascista para realizar a disciplina dos trabalhadores. Disciplina esta obtida mais pelo consentimento pela via americana, embora também esta tenha tido necessidade da quebra, pela força, das antigas formas sindicais americanas.

Via prussiana ou via fordista: eis os impasses que a transição para a constituição do novo nexos psicofísico vivenciou. Revolução pelo alto, revolução sem revolução, foi o procedimento de cortar os pensionistas inúteis da história, privilegiando os que tiveram capacidade de aggiornarse. Aliás não será exatamente isso que uma certa ciência social chama de modernidade? Não será o velho ensinamento do Gatopardo lampedusiano: “para que tudo fique como está é preciso que tudo mude”?

Por fim, e apenas como indicação de problemas, será que não está aí uma das mais importantes pistas para a chamada crise do Leste? Será possível criar o homem novo se o cotidiano (em especial o cotidiano “espiritual”) segue regulado pela burocracia

na permanente tentativa de construir administrativamente um nexu psicofísico? O problema reside em determinar como se constituiu (?) uma racionalidade que se pretendia nova e que deveria fazer em 70 anos o que o capitalismo levou pelo menos três a quatro séculos. E esse capitalismo realizou essa trajetória constitutiva de um novo nexu psicofísico e de uma nova cidadania sem enfrentar um embate ideológico (a guerra fria) de uma racionalidade que se coloca como regra o “renovar-se ou perecer”. De todo modo, não se trata de justificar o chamado processo bolchevique. Os campos de concentração, parteiros da classe operária soviética, expressam a incapacidade de realizar, em sua plenitude, o processo revolucionário. É bom lembrar, contudo que o cercamento dos campos, as leis dos pobres, a opressão colonial, etc., etc., foram as parteiras do capitalismo e de uma certa cidadania que inclui excluindo – em especial em países como o Brasil – mantendo contudo a ilusão que existe uma cidadania e regras universalistas de decisão política.

Este é o desafio. Como Édipo, e de preferência sem sua cegueira, deveu responder ao desafio da construção de uma nova civilta. Ou então poderemos ser tentados a admitir que o resultado desse processo dá sinistramente “que não importa se os gatos são negros ou são pardos...importa é que cacem os ratos”.

Notas

1. Sobre todo esse conjunto de questões, remeto ao leitor a minha tese de doutoramento: Democracia operária, Edunicamp, Campinas, 1987.
2. Salvo referência específica estaremos sempre trabalhando com a Edizione Critica dos Quaderni del Carcere, Einaudi Editore, Turim, 1975. Os números após citações referir-se-ão sempre a esta edição. Sempre que possível citaremos também as páginas das edições em português (Civilização Brasileira) e Argentina (Granica) usaremos as seguintes siglas: CDH – Concepção Dialética da História, MPE – Maquiável, a Política e o Estado Moderno, IOC – Os intelectuais e a organização da cultura, LVN – Literatura e a vida nacional, R – El Rissorgimento e PP – Pasado y Presente.

3. Ver nesse sentido a afirmação gramsciana, segundo a qual o Partido Socialista é “um Estado em potência, que vai amadurecendo, antagonista do Estado burguês, que busca, na luta diária contra este último e no desenvolvimento de sua dialética interior, criar para si os órgãos para suprá-lo e absorvê-lo”. In “Neutralità attiva ed operante”. Il Grido del Popolo, de 31-10-1914, republicado em Cronache Torinese (1913-1917) (CT), p. 10. Esta é uma das inúmeras passagens dos escritos de 14 a 21 que falam dessa questão.
4. Embate hegemônico entendido como “luta entre modos de ver a realidade” (1299)
5. Para uma compreensão da obra de Croce e seu sentido revisionista é importante consultar, entre outras, as obras de Eugenio Garin, em especial *Intelletuali italiani deu XX secolo*. Editori Riuniti, Roma, 1974; de Nicola Badaloni e Carlo Muscetta, *Labriola, Coce, Gentile*, Editora Laterza, Bari, 1977; Michele Abbate, *La filosofia di benedetto Croce e la Crisi della società italiana*, Einaudi Editore, Torino, 1976; Bo Gustafsson, *Marxismo e Revisionismo*. La crítica bernsteiniana del marxismo y sus premissas histórico ideológicas, Editorial Grijalbo, México, 1975.
6. Croce, ao combater as outras teorias, combate-as “como partidos, isto é, como fatos políticos; não as combate, mas as abraça e compreende em si, isto é, submete a si, (...) como partido entre partidos, momento entre os momentos do desenvolvimento histórico”, como ele próprio reconhece em “Contro la troppa filosofia política”(citado por abbate, op. Cit., p. 95). Croce coloca-se assim, afirma Abbate (p. 95), como “consciência crítica de todo um curso histórico” ou como nós preferimos: “Como horizonte intelectual. Como hegemonia.” (Dias, op. cit. p. 52)
7. Sobre toda essa problemática, ver na produção gramsciana de 14 a 21, em especial os seguintes artigos: “Socialismo e Cultura”, Il Grido del Popolo, de 29-1-1916; “Tre principî, tre ordini”, “Disciplina e libertà”, publicados no La Città futura, de 11-2-1917, “Per un associazione di cultura”, Avanti! De 18-12-1917, todos os republicados no citado Cronache Torinesi.

O debate sobre a questão da cultura ligando o problema do partido, do sindicato e da revolução, é amplo durante todo o chamado biennio rosso (1919-20), também conhecido como período dos Conselhos Operários.

8. Gramsci chama de intelectuais condensados àqueles que não apenas organizam a produção de uma classe, mas que são, eles próprios, membros ativos dessa classe. São condensados porque reúnem duas características: no caso citado do Rissorgimento, eles eram empresários e organizadores práticos da classe. Eram, portanto, intelectuais duplamente, condensadamente. Por exemplo: no Brasil, se pensamos as classes trabalhadoras, podemos ver em Lula um intelectual condensado.
9. “um erro muito difundido consiste em pensar que cada estrato social elabora a sua consciência do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é, o método dos intelectuais profissionais. (...) o intelectual é um ‘profissional’ que tem suas máquinas especializadas e o seu ‘tirocínio’, que tem em seu sistema Taylor. É ilusório atribuir a todos esta capacidade ‘adquirida’ e não inata. É ilusório pensar que uma ‘ideia clara’ oportunamente difundida se insira nas diversas consciências com os mesmos efeitos ‘organizadores’ de clareza difundida.” (33)
10. “Para analisar as funções sociais dos intelectuais, é necessário pesquisar e examinar a sua atividade psicológica face às grandes classes que eles colocam em contato nos diversos campos: tem atitude ‘paternalista’ em relação às classes instrumentais? Ou ‘creem’ ser-lhes uma expressão orgânica? Tem atitude ‘servil’ face às classes dirigentes ou se creem eles próprios dirigentes, parte integrante de classes dirigentes?” (37)
11. “O aspecto negativo desta atitude é precisamente a justiça penal, o direito penal, que não pode ser destacado de todo o conjunto da atividade positiva ou civilizatória.” (978)
12. Todo “Estado é ético e enquanto uma das suas funções é a de elevar grande massa da população um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde à

- necessidade de desenvolvimento das forças produtivas e, donde, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa, são as atividades estatais mais importantes em tal sentido: mas no final, na realidade, tendem a uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades ditas privadas que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes.” (1049)
13. “A cultura nos seus vários graus, unifica uma maior ou menos quantidade de indivíduos em estratos numerosos, mais ou menos em contato expressivo, que se compreendem entre si em graus diversos, etc.” (1330)
 14. Idem. Ver a respeito a rubrica Lorianismo presente nos QC.
 15. “Elementos da história ético política na filosofia da práxis: conceito de hegemonia, revalorização da frente filosófica, estudo sistemático das funções dos intelectuais na vida estatal e histórica, doutrina de partido político como vanguarda de todo movimento histórico progressivo.” (1235-6-CDH 231)
 16. “Um das causas do erro pelo qual se vai à busca de uma filosofia geral que esteja na base da filosofia da práxis e se nega implicitamente a esta uma originalidade de conteúdo e de método, parece, consiste nisso: que se faz confusão entre cultura filosófica pessoal do fundador da filosofia da práxis, isto é, entre correntes filosóficas e os grandes filósofos de que ele se interessou fortemente quando jovem, e cuja linguagem mesma reproduz (sempre, porém, com espírito de destaque e fazendo notar por vezes que assim quer fazer compreender melhor o seu próprio conceito) e as origens ou as partes constitutivas da filosofia da práxis.” (1435)
 17. Gramsci se referia ao período anterior a 1930.
 18. “Até agora todas as mutações do modo de ser de viver ocorreram por coerções brutais, isto é, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou ‘educação’ do homem adaptado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho ocorreu com o emprego de brutalidades inauditas, lançando no inferno das subclasses os

- débeis e o refratário, eliminando-os do todo. A cada advento de novos tipos de civilização, ou no curso do processo de desenvolvimento, existiram crises.” (2161)
19. “Este complexo de compressões e coerções diretas e indiretas exercida sobre a massa obterá indubitavelmente resultados e surdirá uma nova forma de união sexual da qual a monogamia e a estabilidade relativa parecem dever ser o traço característico e fundamental.” (2167-2168)
 20. Gramsci atribui, em carta datada de 19 de março de 1927, a sua cunhada Tatiana Schucht, a expressão “für eweig” a uma “complexa concepção de Goethe”. Na edição crítica das *Lettere dal Carcere*, organizada por Sergio Caprioglio e Elza Fubini. Einaudi Editore. Turim. 5 (edição, se traduz por “para a eternidade”)
 21. Mosca cocheira – velha metáfora presente já nos textos do período da 1ª Guerra Mundial. A imagem é da impotência e da prepotência. Uma mosca sentada sobre a orelha de um cavalo julga dirigi-lo com seus gritos. A época era um epíteto dirigido em especial às camadas pequeno burguesas.
 22. O termo é inadequado. Nada mais antissoviético do que esse processo de formação da classe operária. Contudo, temos de usá-lo dado que o nome do país é União Soviética e que o povo russo é, apenas, uma parte desse todo.
 23. A análise gramsciana sobre as revoluções do final da década de 1910 nos coloca uma advertência intrigante. Em *Due Rivoluzione, L'Ordine Nuovo*, de 3-7-1920 (republicado em *L'Ordine Nuovo*, Einaudi Editore, Torino, 1987, p. 569-570) Gramsci advertia: “a revolução não é necessariamente proletária e comunista enquanto se propõe e obtém a derrubada do governo político do Estado burguês: (...) sequer quando propõe e consegue aniquilar as instituições e a máquina administrativa através das quais o governo central exerce o poder político da burguesia; (...) mesmo se a onda da insurreição popular entrega nas mãos dos homens que se dizem (e são sinceramente) comunistas. A revolução só é proletária e comunista quando ela é a liberação de forças produtivas proletárias e comunistas que

vinham sendo elaboradas no seio da sociedade dominada pela classe capitalista, (...) na medida em que consegue favorecer e promover a expansão e a sistematização de forças proletárias e comunistas capazes de iniciar o trabalho paciente e metódico, necessário para construir uma nova ordem nas relações de produção e de distribuição, uma nova ordem em base a qual seja tornada por isso a coincidir com um processo de exaustão do poder do Estado, com um dissolver-se sistemático da organização política de defesa da classe proletária que se dissolve como classe para tornar-se humanidade.”